

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025**  
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Apresentação**

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES, em observância aos preceitos legais, em especial aos dispositivos do Banco Central do Brasil, apresenta este Relatório da Administração referente ao ano de 2025. Este relatório está acompanhado das Demonstrações Financeiras e do Relatório do Auditor Independente, no qual são destacadas as ações e comentários seguintes.

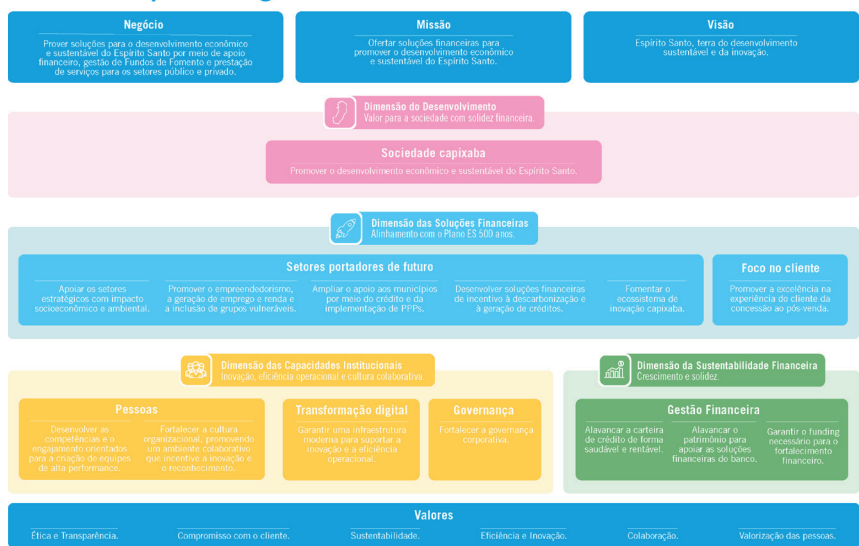
**1. A Empresa**

O BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo é uma sociedade de economia mista, estatal não dependente, vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento (SEDES), com o Estado do Espírito Santo como acionista majoritário. Sua missão é oferecer soluções financeiras que promovam o desenvolvimento econômico e sustentável do estado, por meio de apoio financeiro, gestão de Fundos de Fomento e prestação de serviços aos setores público e privado.

No Plano Estratégico 2025-2029, o Banco reforçou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, alinhado às boas práticas ASG (Ambiental, Social e de Governança) na condução das atividades. Essa abordagem influenciou decisões de investimentos, bem como o desenvolvimento de produtos e serviços, com vistas a gerar valor para a sociedade capixaba por meio de soluções capazes de promover impactos positivos nas dimensões social, ambiental e climática.

Além disso, o Plano avançou no aprimoramento de atividades internas, promovendo ganhos de eficiência, fortalecimento da Governança Corporativa e da Gestão de Riscos e a manutenção da solidez financeira.

**Mapa Estratégico 2025/2029: O ciclo da sustentabilidade**



**2. Desenvolvimento e Soluções Financeiras**

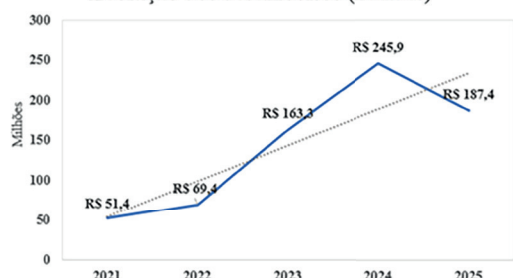
**Apoio Financeiro - Crédito**

Em 2025, o cenário macroeconômico de política monetária restritiva e taxa básica de juros elevada, aumentou o custo do crédito e influenciou a dinâmica de concessão no país. O total de recursos liberados pelo BANDES para investimento e capital de giro alcançou R\$ 187,4 milhões, montante que representa uma redução de 24% em relação a 2024. Em consonância com as diretrizes do Plano 2025/2029, bem como em alinhamento com as políticas públicas e a transição para uma economia de baixo carbono, o crédito foi concedido de forma estratégica, priorizando projetos de investimento — especialmente aqueles voltados à inovação, ao aumento da eficiência operacional e à redução de emissões —, abrangendo empresas de todos os portes e fortalecendo setores-chave da economia capixaba, com 69% do valor destinados ao setor da indústria e de serviços, considerados grandes emissores de carbono no Espírito Santo. Além disso, do volume concedido no exercício, 62% foram direcionados a médias empresas, 28% a micro e pequenas empresas (MPEs) e 10% a grandes empresas — sendo R\$ 114,1 milhões (61%) destinados a projetos de investimento e R\$ 73,3 milhões (39%) para operações de capital de giro — beneficiando 165 empresas.



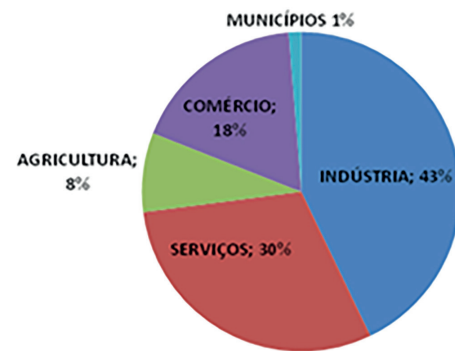
Os dados de liberação de crédito do BANDES nos últimos cinco anos são apresentados a seguir, permitindo a análise da evolução do volume concedido pela instituição no período e o impacto da conjuntura econômica de 2025.

**Evolução dos desembolsos (Bandes)**



Do total liberado em crédito para as empresas capixabas em 2025, **25% foram realizados com a utilização de recursos próprios do BANDES**, enquanto **75% decorreram de repasse de fontes externas**: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR); **recursos de fundos estaduais de fomento**: Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo (FUNDES); e **captação externa** junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O saldo de operações de crédito da carteira somou R\$ 692,9 milhões ao final de 2025, representando crescimento de 14% em relação a dezembro de 2024. A carteira do BANDES é composta por 3.837 operações e 3.122 clientes. A composição setorial da carteira de crédito do BANDES manteve predominância do **setor industrial**, que responde por **43% do saldo total**. Com a maior concentração de projetos **conteúdo inovador e maior capacidade de geração de emprego**, o setor da indústria demanda instrumentos financeiros de longo prazo, típicos de um banco de desenvolvimento. O setor de **serviços** aparece na sequência, com **30% de participação**, ambos registrando aumento em relação ao ano anterior. O comércio apresentou crescimento de **7 pontos percentuais**, alcançando **18% da carteira**, enquanto os financiamentos a **municípios** corresponderam a **1%** do total. Em contrapartida, a participação da **atividade agropecuária**, que vem apresentando redução nos últimos períodos, recuou para **8% ao final de 2025**.



No âmbito do Programa Global de Crédito para a Defesa do Setor Produtivo e Emprego no ES (PROES), fruto de captação junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o BANDES liberou R\$ 29,6 milhões em 2025. Os recursos foram direcionados ao fortalecimento da sustentabilidade financeira de curto prazo das micro, pequenas e médias empresas capixabas.

Em 2025, o BANDES liberou R\$ 46,4 milhões em recursos próprios para o apoio a projetos de investimento. Desse total, cabe destacar que 65% foram destinados a projetos de inovação, enquanto 20% para iniciativas capazes de contribuir para a redução da emissão de carbono. Além disso, para financiamento de projetos de investimento, foram liberados ainda R\$ 3,4 milhões de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo (FUNDES). Entre janeiro e dezembro de 2025, foram liberados R\$ 20,0 milhões para projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação, no contexto da parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O objetivo desse recurso é financiar projetos destinados ao desenvolvimento de novos produtos ou processos, bem como o aprimoramento significativo dos já existentes, visando a ampliar a competitividade das empresas.

No mesmo período, o BANDES liberou R\$ 29,8 milhões em financiamentos com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Desse montante, R\$ 6,0 milhões foram destinados ao apoio de empreendimentos afetados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras.

O apoio ao setor de turismo, por meio do repasse de recursos do Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), apresentou expressiva expansão em relação a 2024, em decorrência da ampliação da oferta de *funding* do Fundo em âmbito nacional, aliada à atuação estratégica do BANDES na promoção de setores emergentes da economia capixaba. Os valores de projetos liberados evoluíram de R\$ 14,3 milhões em 2024 para R\$ 58,1 milhões em 2025, contemplando investimentos, aquisição de máquinas e equipamentos e capital de giro. Do total liberado para o setor de turismo, 60% foi destinado a bares, restaurantes e lanchonetes e 16% para serviços de hotelaria, beneficiando empreendimentos em 20 municípios do estado.

**Gestão de Fundos de Fomento Estaduais e prestação de serviços**

Adicionalmente, destaca-se a atuação do BANDES como agente de desenvolvimento de fundos de fomento e programas estaduais, cujos valores disponibilizados não transitam nas demonstrações financeiras do Banco:

Em 2025, foram liberados R\$ 9,2 milhões em recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico de Presidente Kennedy, dos quais 96% foram destinados a investimentos em projetos de geração de energia solar. O FUNDESUL Kennedy tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico sustentável do município de Presidente Kennedy, por meio de apoio financeiro aos projetos de investimentos privados que resultem direta ou indiretamente geração de empregos e rendas e que estejam alinhados com os Planos de Desenvolvimento Econômico e Social do Município.

Em 2025, o BANDES lançou o Programa de Financiamento para a construção de pequenas barragens, operado com recursos do Fundo de Fortalecimento da Economia Capixaba (FORTEC), com foco na ampliação da segurança hídrica das propriedades rurais capixabas, na redução de impactos ambientais e no fortalecimento da produção agropecuária. No âmbito do respectivo Edital de Chamada Pública, foram liberados **R\$ 363,8 mil** para essa finalidade ao longo do exercício.

Ainda em 2025, o BANDES repassou R\$ 27,8 milhões em recursos da Fundação Renova Saneamento e Resíduos Sólidos, destinados à execução de projetos e obras de sistema de esgotamento sanitário e implantação da Central de Tratamento de Resíduos CTR-Colatina, abrangendo os municípios de Baixo Guandu, Colatina, Linhares, Marilândia e os que compõem o Consórcio CONDOESTE.

No contexto do Programa Reflorestar, que utiliza recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais do Espírito Santo (Fundágua), foram liberados R\$ 10,7 milhões em Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), beneficiando 473 novos projetos.

Na condição de agente de desenvolvimento do Fundo Soberano, o BANDES liberou, em 2025, o montante de R\$ 32,9 milhões para apoio financeiro a projetos estratégicos, mediante subscrição de debêntures não conversíveis em ações, no âmbito do Programa FUNSES ESG de Desenvolvimento.

Cabe destacar que, do total de R\$ 232,5 milhões liberados em operações de crédito em 2025 — considerando as carteiras do BANDES e dos fundos de fomento —, 19% foram destinados a empreendimentos controlados por mulheres.

**Fundo de Descarbonização do Espírito Santo**

Em 2025, como agente de desenvolvimento e Banco operador do Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo (FUNSES), o BANDES estruturou um Edital de Chamada Pública para a seleção de gestor de fundo para financiamento da descarbonização, em conformidade

com o Plano de Descarbonização e Neutralização das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Espírito Santo, lançado em 2023, que estabelece metas de redução de 27% até 2030 e neutralidade de carbono até 2050. O processo de seleção de gestora contou com critérios de seleção eliminatórios e classificatórios, sendo o segundo dividido nas etapas de avaliação de proposta e apresentação presencial. Do certame, a empresa BTG Pactual Asset Management foi selecionada para se tornar a gestora do Fundo de Descarbonização do Espírito Santo e assegurar governança, eficiência na alocação dos recursos e aderência às diretrizes estratégicas e ambientais estabelecidas.

O fundo foi estruturado sob a forma de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), com modelagem de *blended finance*, e foi constituído com um Patrimônio Líquido inicial de R\$ 900 milhões, sendo R\$500 milhões comprometidos pelo FUNSES e R\$ 400 milhões pelo BTG Pactual. Em alinhamento de projeto e interesse, as companhias beneficiadas pelo financiamento também adquirirão cotas do fundo. O fundo é classificado como Fundo de Investimento Sustentável (IS), nos termos das diretrizes da ANBIMA, o que indica que possui objetivo de investimento 100% sustentável, integra fatores ambientais, sociais e de governança (ASG/ESG) no foco principal da gestão, e são monitorados para garantir conformidade com seu mandato.

Os recursos do Fundo de Descarbonização serão destinados ao financiamento de projetos que promovam a Descarbonização da economia capixaba, apoiando empreendimentos com sede fiscal e operações no Espírito Santo, atuantes dos setores de infraestrutura, indústria, agricultura e serviços, com foco em:

- Energia renovável (solar, eólica, biogás, biometano);
- Tecnologias limpas para produção industrial;
- Eficiência energética e eletrificação de cadeias logísticas;
- Reflorestamento e restauração ambiental;
- Práticas agrícolas e agricultura regenerativa;
- Produção e uso de biocombustíveis e combustíveis alternativos.

#### **Apoio financeiro – FIPs**

A carteira de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) em que o BANDES atua como cotista é de apenas R\$ 10 milhões, com a participação direta no FIP Criatec3.

Entretanto, o Banco opera, enquanto representante de fundos estaduais cotistas, um capital comprometido total de R\$ 280 milhões, sendo R\$ 250 milhões do FIP FUNSES1, com recursos do Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo, e R\$ 30 milhões com a utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo (FUNDES) nos FIPs: Primathec, Seed4Science, Fundo Anjo e Quartzo Capital VC4. Do montante total comprometido, R\$ 151,7 milhões foram integralizados até o final de 2025, contribuindo para os investimentos em 183 empresas, 51 delas capixabas.

Somente do Fip Funeses1 foram integralizados R\$ 115,6 milhões desde o seu início, sendo R\$ 48,6 milhões em 2025. Esses recursos foram direcionados 42 empresas no ES, sendo 32 aceleradas com investimentos (4 delas com follow-on de investimento direto) e 10 que receberam investimentos diretos. Dessas empresas investidas, 32 estão localizadas no município de Vitória, 2 em Vila Velha, 2 na Serra, 1 em Cariacica, 3 em Linhares, 1 em Colatina e 1 em Castelo. Destacando-se startups baseadas em tecnologia que inovam nos setores de finanças (fintechs), saúde (healthtechs) e recursos humanos (hrtechs).

Além dos investimentos financeiros, o Fip Funeses1 também opera o Programa de Aceleração Digital, que já está em sua 11ª rodada de seleção. Até o final de 2025, 232 empresas já haviam participado do programa, sendo 32 somente esse ano.

#### **Estruturação de Projetos de PPP**

O Programa ES Inteligente estruturou uma carteira estratégica de projetos de Cidades Inteligentes, com Acordos de Cooperação Técnica firmados com 28 municípios e a entrega de 11 estudos completos de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs), que compõem uma carteira estimada de R\$ 3,5 bilhões em investimentos. Os projetos apresentam diferentes níveis de maturidade, incluindo 1 projeto em fase de análise no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCEES (Jaguaré), 2 projetos aptos à licitação (Alegre e Vargem Alta) e 2 projetos já licitados (Afonso Cláudio e Venda Nova do Imigrante), evidenciando a capacidade do Programa de conduzir o processo do planejamento à contratação. Os projetos estruturados possuem impacto potencial sobre aproximadamente 2,05 milhões de habitantes no Espírito Santo e, nos 11 municípios com estudos concluídos, estimam-se economias acumuladas da ordem de R\$ 830 milhões aos cofres públicos, decorrentes de ganhos de eficiência, redução de custos e modernização da gestão urbana. Como legado institucional, destaca-se a capacitação das equipes técnicas, com 100% dos integrantes certificados no padrão internacional CP3P, assegurando elevada governança, sustentabilidade dos projetos e a entrega de soluções integradas nos projetos modelados.

#### **INVEST-ES**

Como Secretaria Executiva do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo (INVEST-ES) e membro do Grupo Técnico de Análise, o BANDES analisou 278 pleitos e elaborou 256 pareceres, superando em 65% o realizado ano anterior. Foram recomendados, em conjunto com a Secretaria da Fazenda (SEFAZ), 138 novos projetos no ano de 2025, representando investimentos previstos de R\$ 3,1 bilhões, o que impactará positivamente na economia de 19 municípios. Esses investimentos projetam a geração de 8.404 empregos diretos. No que se refere ao desenvolvimento regional, 38 desses projetos serão implementados em municípios com baixos índices de Desenvolvimento Humano e Participação dos Municípios, os quais serão beneficiados com aproximadamente 80% dos novos postos de trabalho e 31% dos investimentos programados. Adicionalmente, o BANDES realizou 137 visitas técnicas aos empreendimentos beneficiados, localizados em 26 municípios capixabas, um volume 50% maior que em 2024, constataando a realização de investimentos na ordem de aproximadamente R\$ 2 bilhões e geração de 2.924 empregos diretos.

Nos termos do Decreto nº 5.935-R/2025, foram aprovados 02 Projetos de Investimento Produtivo, representando investimentos previstos de R\$ 332 milhões e geração de 90 novos empregos diretos, que objetivam o desenvolvimento de iniciativas de relevante interesse social e econômico pelo contribuinte detentor de créditos de ICMS.

#### **Impacto das atividades na economia**

Em síntese, no ano de 2025, a atuação do BANDES e dos fundos de fomento por ele operados, garantiu a injeção de R\$ 1,7 bilhão de recursos na economia capixaba. Esse montante de recursos compreende:

- R\$ 999,9 milhões provenientes dos financiamentos Fundap;
- R\$ 434,1 milhões em liberações vinculadas a serviços prestados ao Funsaf, Programa Reflorestar, Funcitec, Fundap Frete e Renova / Saneamento Prefeituras;
- R\$ 49,7 milhões liberados para as empresas investidas pelos FIPs: Funeses 1, Anjo, Criatec 3, Primathec, Seed4science, Quartzo Capital VC4;
- R\$ 187,4 milhões em operações de crédito da carteira do BANDES;
- R\$ 45,0 milhões em operações de crédito das carteiras dos fundos, incluindo debêntures.

Em 2025, o crédito beneficiou empresas em 37 municípios capixabas, alcançando todas as microrregiões do estado.

No mais, o apoio financeiro resultou na manutenção e geração de 7.387 empregos no Espírito Santo, evidenciando o impacto positivo da política de crédito na economia estadual.

### **3. Sustentabilidade Financeira**

#### **Resultado financeiro**

No ano de 2025 o BANDES registrou lucro de R\$ 83,2 milhões, resultado decorrente, sobretudo, do desempenho de aplicações financeiras, renda com operações de crédito e recuperação de créditos inscritos em prejuízo. O Patrimônio Líquido do Banco alcançou R\$ 589,8 milhões em dezembro de 2025, um aumento de 13% em relação a dezembro de 2024.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido atingiu 14,1% em 2025, superando a inflação do período, evidenciando a solidez patrimonial e a capacidade de geração de valor da instituição. O BANDES encerrou o ano de 2025 com a rentabilidade das aplicações financeiras dos seus recursos próprios em 101,5% do CDI. O rendimento líquido com aplicações financeiras foi superior ao mesmo período do ano anterior, saltando de R\$ 69,1 milhões para R\$ 101,8 milhões. A renda com as operações de crédito somou R\$ 72,9 milhões, resultado 34% superior a dezembro de 2024. O ganho com a prestação de serviços, que inclui a administração dos fundos de fomento, alcançou R\$ 33,5 milhões.

Por meio de leilões e vendas diretas, o BANDES realizou, ao longo de 2025, a venda de 12 imóveis (entre consolidados e bens não de uso), totalizando R\$ 3,2 milhões.

#### **Recuperação de Créditos**

As ações diversificadas de cobrança de créditos vencidos resultaram na recuperação de R\$ 70,7 milhões de dívidas inscritas em prejuízo, valor 51% superior ao realizado no ano de 2024. Desse total, R\$ 27,4 milhões (38%) referem-se a créditos inscritos em prejuízo há mais de 25 anos. A relação entre recuperação líquida e bruta foi superior à do exercício anterior, refletindo maior eficiência nas ações de recuperação.

Destaca-se, neste contexto, a campanha de renegociação Pra Quitar, que ofereceu condições especiais para regularização de pendências financeiras, de empresas e produtores rurais. A iniciativa foi destinada a clientes, em especial de contratos antigos, em situação de inadimplência, judicializados ou não. A campanha de renegociação resultou na regularização de 836 operações de crédito, envolvendo 1.217 contratos, com um valor total de pagamentos recebidos de R\$ 27,1 milhões. A grande maioria dos contratos foi quitada à vista, representando 97,4% do total, enquanto apenas 2,6% ocorreram por meio de parcelamento. Quanto às fontes abrangidas na campanha, foram 1.179 contratos do BANDES, 37 contratos do FUNDES e 1 do FUNDEPAR.

#### **Inadimplência**

A inadimplência apurada por atrasos superiores a 90 dias na Carteira de Crédito total do BANDES, encerrou o ano de 2025 em 4,48%. Este índice foi influenciado, fundamentalmente, pelo desempenho de três setores que, somados, concentram 88,4% do saldo em atraso: o Industrial, com R\$ 11,6 milhões; o de Serviços, com R\$ 8,0 milhões; e a Agricultura, com R\$ 7,7 milhões.

Ao analisar a carteira por porte, observa-se a robustez dos 10 maiores grupos econômicos, que apresentam inadimplência nula, apesar de concentrarem 36,0% do saldo total da carteira. Em contrapartida, a pressão sobre o índice de 4,48% decorre da pulverização em outros segmentos, notadamente as médias empresas com operações garantidas por fundos de aval, que respondem por 36% do saldo vencido. Adicionalmente, o segmento de pessoas físicas contribuiu com R\$ 8,0 milhões para o montante em atraso; este grupo é composto majoritariamente por operações da carteira legada, cujo impacto isolado representa 1,1 ponto percentual do índice de inadimplência total.

No decorrer de 2025, os impactos setoriais foram agravados por fatores conjunturais diversos, como a imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras (que afetou diretamente as empresas de rochas), a manutenção da taxa Selic em patamares elevados — que comprimiu as margens operacionais e pressionou o fluxo de caixa das empresas com ciclos operacionais longos. Mesmo diante desse cenário desafiador, o índice de inadimplência manteve-se abaixo do nível de apetite de risco definido na RAS (5%) do Banco.

#### **Captações**

Em 2025, o Banco realizou, pela primeira vez, a emissão de Letras de Crédito de Desenvolvimento (LCD), no contexto de sua estratégia de diversificação das fontes de captação e de fortalecimento da estrutura de funding, com o objetivo de ampliar a capacidade de financiamento de projetos de infraestrutura, indústria e inovação. As emissões ocorreram tanto de forma direta para empresas interessadas na negociação dos títulos no mercado secundário quanto para investidores que atuam como avalistas em operações de crédito do BANDES. No exercício de 2025, o volume total emitido somou R\$ 33,5 milhões, sendo R\$ 31,5 milhões por meio de emissão direta para a XP Investimentos — instituição que apresentou a melhor taxa no processo de cotação — e R\$ 2 milhões destinados a avalistas de operações de crédito.

Ainda em 2025, a agência de classificação de risco Fitch Ratings reafirmou a nota AAA (bra) para classificação nacional de longo prazo do BANDES. Este é o terceiro ano consecutivo em que o BANDES recebe nota triple A pela agência de classificação de risco Fitch Rating, reflexo do compromisso contínuo com uma gestão financeira responsável. Conforme análise da Fitch, o BANDES continua fortemente capitalizado, mantém liquidez suficiente e apresenta bons indicadores de rentabilidade. Além disso, o BANDES desempenha papel fundamental no desenvolvimento do estado, contribuindo significativamente para a economia local por meio de empréstimos e repasses a companhias, incluindo pequenas e médias empresas (PMEs), além de municípios do estado.

### **4. Capacidades Institucionais**

#### **Pessoas**

A instituição encerrou 2025 com 172 colaboradores, incluindo diretores e ocupantes de cargos em comissão. No âmbito do desenvolvimento de pessoas, o BANDES realizou 98 ações de capacitação, totalizando 5.624 horas, com conteúdos técnicos, governamentais, comportamentais, legais e de liderança, em alinhamento à estratégia institucional.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento de seu quadro funcional, o BANDES realizou o mapeamento do perfil comportamental dos colaboradores, agregando informações aos processos de remanejamento interno, de acesso a cargos e à elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI).

Adicionalmente, o programa de qualidade de vida no trabalho “BANDES Viva Bem” promoveu eventos de valorização do público interno feminino, palestras com foco em saúde mental, vacinação antigripal e a continuidade do programa de acolhimento psicológico “BEE – Bem-Estar Emocional”.

Destaca-se, ainda, o lançamento do Programa ImpulsionaRH, um processo de seleção interna voltado à valorização da força de trabalho do BANDES, com foco no autodesenvolvimento e na ascensão funcional. A seleção contempla etapas de análise curricular, avaliação de desempenho organizacional e entrevista individual com a Comissão Avaliadora, garantindo transparência e equidade nas oportunidades de crescimento. Em 2025, foram abertos sete processos seletivos internos para ocupação de cargos de confiança, promovendo a evolução na carreira dos colaboradores interessados. Os cargos contemplados incluíram: Gerente de Tecnologia da Informação, Coordenador do Núcleo de Infraestrutura e Segurança Cibernética, Gerente de Recuperação de Crédito, Coordenador do Núcleo de Produtos e Captações, Gerente Comercial e de Relacionamento, Gerente da Secretaria de Governança Corporativa e Gerente de Negócios.

Outra iniciativa relevante iniciada em 2025 foi o mapeamento e dimensionamento da força de trabalho, conduzido com apoio de consultoria especializada, que concluiu até dezembro o dimensionamento de aproximadamente 70% das áreas do Banco. A ação busca fortalecer uma atuação cada vez mais estratégica na gestão de pessoas, conciliando competências e perfis às demandas e ao volume de entregas.

Inovação Interna

O **Epicentro**, hub de inovação do BANDES, é um espaço estratégico para fomentar a inovação interna, promover uma cultura organizacional inovadora e fortalecer a conexão com clientes, parceiros e o ecossistema de inovação. Em 2025, o Epicentro sediou 138 eventos e iniciativas voltadas ao engajamento dos colaboradores, à disseminação de práticas inovadoras e ao compartilhamento de conhecimento, bem como ao apoio institucional às ações do governo estadual promovidas pela Secretaria de Estado das Mulheres (SESM), Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPi), Secretaria de Estado da Saúde (SESA), Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER), Laboratório de Inovação na Gestão (LabGes) e Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP). Em 2025 ainda, foram promovidos eventos direcionados tanto ao público interno quanto ao externo — incluindo clientes e sociedade em geral. As iniciativas abordaram temas estratégicos alinhados ao Planejamento Estratégico 2025/2029, com a participação de convidados especialistas do mercado, fortalecendo a troca de experiências e o alinhamento com tendências setoriais. Foram lançadas novas ações voltadas ao desenvolvimento interno que reforçam o compromisso do BANDES com o desenvolvimento de talentos, a valorização do capital humano e a criação de um ambiente de aprendizado contínuo, alinhado às prioridades estratégicas da instituição.

Adicionalmente, o espaço promoveu **visitas guiadas** para estudantes de ensino médio e superior como forma de reforçar a marca institucional junto às novas gerações e apresentar o papel de um Banco de desenvolvimento, totalizando **14 visitas de diferentes regiões do Estado** ao longo do ano. Por fim, em 2025, o Epicentro consolidou-se como um importante vetor de relacionamento, fortalecendo a atuação do BANDES junto ao ecossistema de inovação, ao mercado e ao governo.

Tecnologia

No ano de 2025, o BANDES investiu R\$ 6,8 milhões na evolução da infraestrutura tecnológica e no desenvolvimento de novos sistemas. No eixo de infraestrutura, destacam-se a aquisição e implantação de novos servidores, bem como a implantação do serviço de *Colocation* em um dos *Data Centers* do BANDES. Adicionalmente, foram adquiridos novos notebooks e monitores, além da contratação de um serviço de backup em nuvem. No que se refere ao desenvolvimento de sistemas, evidencia-se o progresso da migração do sistema corporativo, a adequação do Sisbandes à Resolução nº 4.966 e a contratação de um serviço de Inteligência Artificial (IA) com a criação de agentes próprios do Banco.

Governança Corporativa

Com foco na melhoria da governança, em 2025, o BANDES promoveu Reforma estatutária, aprovada pela Assembleia de Acionistas, contemplando a criação do Comitê de Remuneração e Elegibilidade (COREL) e aprimoramento das atribuições do Conselho de Administração em relação aos Comitês Estatutários diretamente subordinados a ele. O COREL é responsável por **definir, supervisionar e ajustar a política de remuneração da alta administração e comitês estatutários, garantindo alinhamento com práticas de mercado, metas estratégicas, gestão de riscos e regulamentação vigente.**

Em 2025, buscando melhoria na transparência, a Política de Divulgação de Informações passou a incluir a divulgação de informações relativas aos financiamentos do Banco, com nome do beneficiado, CNPJ/CPF, objeto e valor financiado, desde que expressamente previsto e autorizado em instrumento contratual.

Com o objetivo de adequar sua estrutura organizacional à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e assegurar uma abordagem mais estratégica do tema sustentabilidade, em alinhamento com o Plano Estratégico em vigor, o BANDES instituiu, em 2025, a Gerência de Sustentabilidade e Produtos e o Núcleo de Produtos e Captações. A nova unidade gerencial vai atuar na formulação de estratégias de diversificação da carteira para setores de baixo carbono, na estruturação de operações nos mercados de carbono, na gestão do Framework BANDES de Captações Temáticas, na definição e monitoramento de metas de financiamento climático, bem como na coordenação de projetos da agenda de sustentabilidade, da Comissão PRSAC e das iniciativas relacionadas à criação de produtos, programas, fundos de fomento e captações.

Em 2025, o BANDES avançou de forma significativa no fortalecimento de seus controles internos, por meio da ampliação do uso de ferramentas de *Business Intelligence* (BI) e da adoção de práticas de gestão à vista. Foram implementados painéis de monitoramento dos controles internos e dos planos de ação, permitindo maior acompanhamento, transparência e agilidade na tomada de decisão. Paralelamente, o Banco ampliou a divulgação de informações estratégicas, consolidando dados institucionais de forma estruturada, acessível e orientada à gestão, em alinhamento às melhores práticas de governança e controle.

Em 2025, o BANDES conquistou o Selo Prata do Programa Brasileiro GHG Protocol, reconhecimento que certifica a transparência e a completude das informações sobre emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). O inventário de 2024, publicado no Registro Público de Emissões — a maior base corporativa da América Latina —, considerou consumo de energia, frota de veículos, gases de ar-condicionado e deslocamentos de colaboradores. A certificação foi anunciada no encerramento do ciclo do programa, no Auditório da FGV EAESP, em São Paulo, em encontro que reuniu 35 organizações do setor financeiro, incluindo instituições nacionais de referência, reforçando o compromisso do Banco com a gestão ambiental e a governança corporativa.

No segundo semestre de 2025 foi lançado o Programa de Integridade, que estabeleceu diretrizes que abrangem ética, conformidade regulatória, proteção de dados, diversidade, responsabilidade socioambiental e mecanismos de prevenção à corrupção, visando orientar a postura de colaboradores, dirigentes e parceiros.

Gestão de Riscos

A solidez do BANDES também é evidenciada pela gestão de riscos. A estrutura responsável pelo gerenciamento de riscos é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê Estatutário de Riscos e Capital, diretor responsável pelo gerenciamento de riscos (CRO), Comitê Executivo de Riscos, Capital e Conformidade, e pela unidade diretamente responsável pelo tema.

O Índice de Basileia (IB) em dezembro de 2025 foi de 54,6%. O Patrimônio de Referência para comparação com o RWA (PRRWA) atingiu R\$ 541,3 milhões, apresentando expansão de 14% em relação a dezembro de 2024.

Para o monitoramento do risco de liquidez, o controle é realizado por meio de ferramentas como o Plano de Contingência de Risco de Liquidez, a manutenção de reservas de liquidez, o acompanhamento do tempo de sobrevivência do caixa, a avaliação dos fluxos de caixa das operações e a aplicação de cenários de stress para testar as condições de liquidez do Banco.

O Programa de Testes de Estresse adotado pelo BANDES está alinhado às disposições contidas na Resolução CMN nº 4.557/2017, editada pelo BACEN, e visa assegurar a identificação de potenciais vulnerabilidades da instituição, a partir de um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias.

No âmbito da Política de Crédito, o Banco manteve a diversificação das atividades econômicas no saldo de carteira, evitando concentrações excessivas como estratégia para mitigar riscos. O beneficiamento de rochas ornamentais, atividade mais relevante, representa 14,1% da carteira, enquanto a fabricação de produtos de metal e laminados de alumínio 11,2%. As atividades rurais de maior representatividade (café, pimenta do reino e pecuária) reduziram sua participação conjunta, passando de 10,8% em dezembro de 2024 para 6,8% em dezembro de 2025. Os serviços portuários participam com 4,2%, a atividade de abate de aves com 3,4% e fabricação de azulejos e pisos com 2,3%.

A representatividade de Pessoas Jurídicas no saldo total de crédito manteve trajetória de crescimento, avançando de 85% do total em 2024 para 90% em 2025. Ademais, observa-se aumento da participação de financiamentos realizados com garantias fidejussórias de forma isolada, que passaram de 9,8% para 16,3% do valor total em 2025. Com relação aos financiamentos concedidos, cabe mencionar que essa participação chega a 76,9% do total de contratos ativos.

Em 2025, com relação ao **risco operacional**, foram realizados o mapeamento de processos em todas as unidades, a atualização de normas, a avaliação da evolução do modelo de gestão de riscos operacionais e o tratamento das fragilidades identificadas. No que se refere ao **risco cibernético**, foram implementadas melhorias de segurança no ambiente de tecnologia, conduzido um teste de invasão (pentest) por empresa especializada, além da revisão da política de segurança cibernética e do plano de resposta a incidentes.

Em observância ao risco social, ambiental e climático (RSAC), em 2025 foram enviados os Documentos de Risco Social, Ambiental e Climático (DRSAC), e foram implantadas soluções para a captação de informações relacionadas com os riscos sociais, ambientais e climáticos (físico e de transição), bem como contribuições positivas, agravantes e mitigadores para o RSAC, e informações sobre a absorção e emissão de Gases de Efeito Estufa. Adicionalmente, o Banco está desenvolvendo um modelo de avaliação de RSAC a ser aplicado no processo de concessão de crédito.

Adicionalmente, o sistema de organização de controle interno e de gestão de riscos do Banco está estruturado com base no modelo das três linhas, concebido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA). Esse modelo é composto por: 1ª linha, formada pelas áreas operacionais, responsáveis pela identificação e gestão dos riscos no dia a dia; 2ª linha, constituída pela Gerência de Riscos e Controles Internos e Compliance, que atua na orientação e supervisão dos riscos e dos controles; e 3ª linha, representada pela Auditoria Interna, vinculada diretamente ao Conselho de Administração (CONAD), que realiza avaliações independentes e periódicas sobre a eficácia da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

Comunicação Institucional

Em 2025, a comunicação do BANDES passou por uma evolução significativa, com um tom mais estratégico, institucional e orientado a resultados, tanto no site quanto nas redes sociais. Os conteúdos passaram a destacar impactos concretos, desenvolvimento socioeconômico, sustentabilidade e agendas ESG, combinando linguagem técnica e educativa com abordagem didática e acessível aos públicos estratégicos. Essa transformação representou uma maturação da presença digital do Banco, fortalecendo seu papel como agente de desenvolvimento e ampliando a clareza, coerência e propósito das mensagens institucionais.

A partir da contratação de agência de publicidade, foram executados mais de 40 trabalhos, envolvendo ações de ativação de marca e campanhas publicitárias. Entre os destaques estão: Campanha Caçadores de Destinos em canal de TV; Campanha Squad Bandes com influenciadores digitais; Campanha Presença que Transforma, com participação de gerentes de negócios e clientes reais em outdoors e banners digitais no estado; e a Campanha Fundo de Descarbonização, veiculada em outdoor na Times Square, em Nova York.

O Banco também participou de eventos apoiados e patrocinados, como os fóruns empresariais municipais, bem como encontros focados em segmentos estratégicos, incluindo metalomecânico, rochas ornamentais e sustentabilidade.

Ao longo do ano, o BANDES alcançou ampla visibilidade na mídia, com 2.322 inserções registradas. Destas, 769 foram publicações espontâneas. O Banco também marcou presença em matérias de alcance nacional e em podcasts. Observou-se um aumento de engajamento nas redes sociais.

Em reconhecimento às ações de comunicação, a Gerência de Comunicação Institucional do BANDES foi contemplada no Prêmio da Comunicação Pública da Imprensa Oficial, conquistando o 3º lugar na categoria Comunicação Interna.

5. Indicadores de Desempenho

| INDICADORES ESTRATÉGICOS                                                                       | 2025          | 2024          | Variação   |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|------------|
| Liberação de crédito da carteira Bandes (mil)                                                  | R\$ 187.444   | R\$ 245.895   | (24%)      |
| Liberação de recursos de Fundos e debêntures (mil)                                             | R\$ 45.017    | R\$ 265.280   | (83%)      |
| Recuperação de créditos da carteira Bandes baixados em prejuízo (mil)                          | R\$ 70.748    | R\$ 46.840    | 51%        |
| Saldo de Operações de Crédito (mil)                                                            | R\$ 694.640   | R\$ 608.767   | 14%        |
| Rentabilidade das aplicações financeiras (% do CDI)                                            | 101,5% do CDI | 106,6% do CDI | (5,1 p.p.) |
| Índice de Eficiência Operacional                                                               | 40,8%         | 48,8%         | 8 p.p.     |
| Índice de inadimplência da Carteira de Crédito (Atraso a partir de 90 dias/ Saldo da Carteira) | 4,5%          | 1,3%          | 3,2 p.p.   |
| Lucro Líquido (mil)                                                                            | R\$ 83.167    | R\$ 99.380    | (16%)      |
| Patrimônio Líquido (mil)                                                                       | R\$ 589.809   | R\$ 520.410   | 13%        |
| Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%)                                                        | 14,1%         | 19,1%         | (5 p.p.)   |

6. Notas

Os números apresentados são resultantes do trabalho articulado de políticas públicas com instituições do estado, terceiros e parceiros institucionais e de negócios. Esta integração reflete a coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento econômico e sustentável – uma construção coletiva – aconteça.

## BALANÇO PATRIMONIAL

| ATIVO                                         | Nota    | 31/12/2025       | PASSIVO                                      | Nota              | 31/12/2025       |
|-----------------------------------------------|---------|------------------|----------------------------------------------|-------------------|------------------|
| <b>DISPONIBILIDADES</b>                       | 3.c e 4 | <b>1.126</b>     | <b>DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS</b>       |                   |                  |
| <b>ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS CUSTO</b>    |         |                  | <b>FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO</b>       |                   | <b>1.535.361</b> |
| <b>AMORTIZADO – LÍQUIDOS DE PROVISÃO PARA</b> |         | <b>1.728.348</b> | <b>AMORTIZADO</b>                            |                   |                  |
| <b>PERDAS</b>                                 |         |                  | Obrigações por empréstimos e repasses no     | 11.a              | 623.673          |
| Aplicações Interfinanceiras de liquidez       | 6.a     | 665.743          | Brasil e exterior                            |                   |                  |
| Títulos e valores mobiliários                 | 6.c     | 447.420          | Outros passivos financeiros                  | 11.b              | 911.688          |
| Empréstimos e recebíveis de clientes          | 7.e     | 615.185          | <b>OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES</b>          | <b>12</b>         | <b>29.018</b>    |
| <b>ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS POR MEIO</b> |         |                  | <b>PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS</b>          | <b>3.o e 13</b>   | <b>49.038</b>    |
| <b>DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES –</b>     |         | <b>459.981</b>   | <b>OUTROS PASSIVOS</b>                       | <b>3.p e 14</b>   | <b>87.477</b>    |
| <b>LÍQUIDOS DE PROVISÃO PARA PERDAS</b>       |         |                  | <b>OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS</b>          | <b>15</b>         | <b>1.274</b>     |
| Títulos e valores mobiliários                 | 6.c     | 459.981          | <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                    |                   | <b>589.794</b>   |
| <b>ATIVO FISCAL DIFERIDO DE IMPOSTOS E</b>    | 12.b    | <b>55.015</b>    | <b>Capital social</b>                        |                   | <b>463.380</b>   |
| <b>CONTRIBUIÇÕES</b>                          |         |                  | Domiciliados no país                         | 16.a              | 463.380          |
| <b>OUTROS ATIVOS</b>                          | 8       | <b>23.893</b>    | <b>Aumento de capital</b>                    | <b>16.a</b>       | <b>26.273</b>    |
| <b>IMOBILIZADO DE USO</b>                     | 9       | <b>4.932</b>     | <b>Reservas de lucros</b>                    |                   | <b>124.936</b>   |
| <b>INTANGÍVEL</b>                             | 10      | <b>18.668</b>    | Reservas legal                               | 16.c              | 11.121           |
|                                               |         |                  | Reservas estatutárias                        | 16.d              | 113.815          |
|                                               |         |                  | <b>Outros resultados abrangentes</b>         | <b>6c2 e 16.e</b> | <b>(10.718)</b>  |
|                                               |         |                  | <b>Ações em tesouraria</b>                   | <b>16.f</b>       | <b>(14.077)</b>  |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                         |         | <b>2.291.962</b> | <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> |                   | <b>2.291.962</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

|                                                                        | Nota | 2º semestre     | 31/12/2025       |
|------------------------------------------------------------------------|------|-----------------|------------------|
| <b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>                             |      | <b>179.738</b>  | <b>338.157</b>   |
| Operações de Crédito                                                   | 7.g  | 69.231          | 144.786          |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários               |      | 109.507         | 193.371          |
| <b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>                             |      | <b>(79.127)</b> | <b>(139.163)</b> |
| Operação de Crédito                                                    |      | (66.570)        | (119.053)        |
| Operações de Captação no Mercado                                       |      | (11.557)        | (20.110)         |
| <b>RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA ANTES DAS PERDAS ESPERADAS</b> |      | <b>100.611</b>  | <b>198.994</b>   |
| <b>RESULTADO DE PERDAS ESPERADAS DE ATIVOS FINANCEIROS</b>             |      | <b>(7.009)</b>  | <b>(13.440)</b>  |
| Operações de Crédito                                                   |      | (5.377)         | (11.651)         |
| Operações de Títulos e Valores Mobiliários                             |      | (1.632)         | (1.789)          |
| <b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>                      |      | <b>93.602</b>   | <b>185.554</b>   |
| <b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>                           |      | <b>(38.340)</b> | <b>(66.161)</b>  |
| Receitas de Prestação de Serviços                                      | 29.a | 14.247          | 28.191           |
| Rendas de Tarifas Bancárias                                            |      | 3.015           | 5.454            |
| Despesas de Pessoal                                                    | 29.b | (37.397)        | (65.834)         |
| Outras Despesas Administrativas                                        | 29.c | (13.217)        | (25.303)         |
| Despesas Tributárias                                                   | 29.d | (5.830)         | (11.185)         |
| Outras Receitas Operacionais                                           | 29.e | 5.999           | 10.929           |
| Outras Despesas Operacionais                                           | 29.f | (5.157)         | (8.413)          |
| <b>RESULTADO OPERACIONAL</b>                                           |      | <b>55.262</b>   | <b>119.393</b>   |
| <b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>                                       | 29.g | <b>311</b>      | <b>520</b>       |
| <b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>                     |      | <b>55.573</b>   | <b>119.913</b>   |
| <b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>                          | 12   | <b>(7.757)</b>  | <b>(36.746)</b>  |
| Provisão para IRPJ/CSLL - Valores Correntes                            |      | (7.580)         | (33.454)         |
| Ativo Fiscal Diferido (IRPJ/CSLL)                                      |      | (177)           | (3.292)          |
| <b>LUCRO LÍQUIDO</b>                                                   |      | <b>47.816</b>   | <b>83.167</b>    |
| Ações em circulação: 30.414.033.573 unidades                           |      |                 |                  |
| Lucro Líquido por lote de mil ações (Em R\$)                           |      | 1,57            | 2,73             |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

|                                                                                                   | Nota | 2º semestre   | 31/12/2025    |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------|---------------|---------------|
| <b>(=) LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>                                                               | 17.b | <b>47.816</b> | <b>83.167</b> |
| (+/-) Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado                       |      |               |               |
| <b>(=) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b> | 6.c2 | <b>429</b>    | <b>1.305</b>  |
| (+/-) Ajustes de Avaliação Patrimonial                                                            |      | 779           | 2.371         |
| (+/-) Efeito tributário                                                                           |      | (350)         | (1.066)       |
| <b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>                                                              |      | <b>48.245</b> | <b>84.472</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| COMPOSIÇÃO                                                                | NOTA | CAPITAL SOCIAL | AUMENTO DE CAPITAL | RESERVAS DE LUCRO |             | OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | LUCROS ACUMULADOS | (-) AÇÕES EM TESOURARIA | TOTAL    |
|---------------------------------------------------------------------------|------|----------------|--------------------|-------------------|-------------|-------------------------------|-------------------|-------------------------|----------|
|                                                                           |      |                |                    | LEGAL             | ESTATUTÁRIA |                               |                   |                         |          |
| Saldos em 30/06/2025                                                      | 17   | 463.380        | -                  | 7.031             | 76.098      | (11.147)                      | 33.991            | (14.077)                | 555.276  |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial                                          |      | -              | -                  | -                 | -           | 429                           | -                 | -                       | 429      |
| Aumento de Capital Social                                                 | 16.a | -              | 26.273             | -                 | -           | -                             | -                 | -                       | 26.273   |
| Lucro líquido                                                             |      | -              | -                  | -                 | -           | -                             | 47.816            | -                       | 47.816   |
| DESTINAÇÕES                                                               |      |                |                    |                   |             |                               |                   |                         | -        |
| Dividendos / JCP                                                          |      | -              | -                  | -                 | -           | -                             | (40.000)          | -                       | (40.000) |
| Reservas                                                                  |      | -              | -                  | 4.090             | 37.717      | -                             | (41.807)          | -                       | -        |
| Saldos em 31/12/2025                                                      |      | 463.380        | 26.273             | 11.121            | 113.815     | (10.718)                      | -                 | (14.077)                | 589.794  |
| Mutações no 2º semestre                                                   |      | -              | 26.273             | 4.090             | 37.717      | 429                           | (33.991)          | -                       | 34.518   |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. |      |                |                    |                   |             |                               |                   |                         |          |

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| COMPOSIÇÃO                                                                | NOTA | CAPITAL SOCIAL |                    | RESERVAS DE LUCRO |             | OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | LUCROS ACUMULADOS | (-) AÇÕES EM TESOURARIA | TOTAL   |
|---------------------------------------------------------------------------|------|----------------|--------------------|-------------------|-------------|-------------------------------|-------------------|-------------------------|---------|
|                                                                           |      | REALIZADO      | AUMENTO DE CAPITAL | LEGAL             | ESTATUTÁRIA |                               |                   |                         |         |
| Saldos em 31/12/2024                                                      |      | 463.380        | -                  | 7.031             | 76.098      | (12.023)                      | -                 | (14.077)                | 520.409 |
| Efeitos da Adoção Inicial da Res. CMN nº 4.966/2021                       |      | -              | -                  | -                 | -           | -                             | (1.394)           | -                       | (1.394) |
| Saldos em 1º/01/2025                                                      |      | 463.380        | -                  | 7.031             | 76.098      | (12.023)                      | (1.394)           | (14.077)                | 519.015 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial                                          |      | -              | -                  | -                 | -           | 1.305                         | -                 | -                       | 1.305   |
| Ajustes desinvestimento                                                   |      | -              | -                  | -                 | -           | -                             | 34                | -                       | 34      |
| Criatec 3 - FIP                                                           |      |                |                    |                   |             |                               |                   |                         |         |
| Aumento de Capital Social                                                 | 16.a | -              | 26.273             |                   |             |                               |                   |                         | 26.273  |
| Lucro líquido                                                             |      | -              |                    | -                 | -           | -                             | 83.167            | -                       | 83.167  |
| DESTINAÇÕES                                                               |      |                |                    |                   |             |                               |                   |                         |         |
| Dividendos / JCP                                                          |      |                |                    |                   |             |                               | 40.000            |                         | 40.000  |
| Reservas                                                                  |      |                |                    | 4.090             | 37.717      |                               | 41.807            |                         |         |
| Saldos em 31/12/2025                                                      | 17   | 463.380        | 26.273             | 11.121            | 113.815     | (10.718)                      | -                 | (14.077)                | 589.794 |
| Mutações no exercício                                                     |      | -              | 26.273             | 4.090             | 37.717      | 1.305                         | 1.394             | -                       | 70.779  |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. |      |                |                    |                   |             |                               |                   |                         |         |

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

| MÉTODO INDIRETO                                                     | Nota   | 2º sem. 2025 | 31/12/2025 |
|---------------------------------------------------------------------|--------|--------------|------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS                          |        |              |            |
| LUCRO LÍQUIDO ANTES DA TRIBUTAÇÃO                                   |        | 47.816       | 86.167     |
| AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO                                            |        | 8.820        | (18.653)   |
| Imposto de renda e contribuição social                              |        | (7.580)      | (33.454)   |
| Ativo fiscal diferido                                               |        | (177)        | (3.292)    |
| Depreciações e amortizações                                         |        | 1.572        | 2.939      |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito       |        | 6.186        | 12.396     |
| Reversão não associada ao risco de crédito                          |        | (70)         | (55)       |
| Atualização de depósitos judiciais                                  |        | (287)        | (3)        |
| Provisão pra contingências                                          |        | 2.625        | 2.755      |
| Despesas antecipadas                                                |        | (54)         | 0          |
| Rendas a receber de fundos administrados                            |        | (600)        | (1.240)    |
| Provisões para despesas com pessoal                                 |        | 6.685        | 467        |
| Impostos e contribuições sobre salários                             |        | 716          | 265        |
| Deságio na emissão de letras financeiras de desenvolvimento         |        | 58           | 58         |
| Receitas antecipadas                                                |        | (530)        | 0          |
| Atualização de obrigações a pagar fundos administrados              |        | 276          | 511        |
| LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO                          |        | 56.636       | 67.514     |
| VARIAÇÃO DE ATIVOS OPERACIONAIS                                     |        |              |            |
| Redução (aumento) em aplicações Interfinanceiras de liquidez        |        | 32.792       | 5.763      |
| Redução (aumento) em depósitos interfinanceiros                     |        | (1.999)      | (9.458)    |
| Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários                  |        | (107.169)    | (181.189)  |
| Redução (aumento) em operações de crédito                           |        | (49.990)     | (49.109)   |
| Redução (aumento) em rendas a receber de fundos administrados       |        | 614          | 491        |
| Redução (aumento) em despesas antecipadas                           |        | 0            | (173)      |
| Redução (aumento) em outros ativos                                  |        | (82)         | (562)      |
| VARIAÇÃO DE PASSIVOS OPERACIONAIS                                   |        |              |            |
| Aumento (redução) em depósitos à vista                              |        | 407          | (9.396)    |
| Aumento (redução) em depósitos a prazo                              |        | (30.170)     | (7.528)    |
| Aumento (redução) em recursos por emissões de letras                |        | 33.948       | 33.948     |
| Aumento (redução) obrigações por empréstimos e repasses no exterior |        | 12.487       | 26.646     |
| Aumento (redução) obrigações por empréstimos e repasses no país     |        | 48.267       | 49.883     |
| Aumento (redução) em obrigações fiscais correntes                   |        | 425          | 19.001     |
| Aumento (redução) em recursos de fundos administrados               |        | 58.340       | 224.189    |
| Aumento (redução) em receitas antecipadas                           |        | 0            | 4.037      |
| Aumento (redução) em provisões para despesas com pessoal            |        | (1.548)      | (717)      |
| Aumento (redução) em outros passivos                                |        | 157          | 153        |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS                           |        | (3.521)      | 105.979    |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS                      |        |              |            |
| Aplicações no imobilizado                                           |        | (1.073)      | (2.554)    |
| Aplicações no intangível                                            |        | (3.294)      | (5.437)    |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS                       |        | (4.367)      | (7.991)    |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO                      |        |              |            |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos                    |        | (85)         | (1.905)    |
| Recursos recebidos para Integralização de capital                   |        | 1            | 1          |
| CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO                       |        | (84)         | (1.904)    |
| AUMENTO LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA                    |        | 48.664       | 163.598    |
| MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA                       |        |              |            |
| Início do período                                                   | 3c e 4 | 541.543      | 426.609    |
| Fim do período                                                      | 3c e 4 | 590.207      | 590.207    |
| AUMENTO LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA                    |        | 48.664       | 163.598    |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos as notas explicativas integrantes do conjunto das demonstrações financeiras do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, em face do encerramento do exercício social de 2025.

## 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES é uma entidade de economia mista, estatal não dependente, sendo o Governo do Estado do Espírito Santo seu acionista majoritário. É constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, e vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico (SEDES), com sede na Avenida Princesa Isabel, 54 – Edifício Caparaó, Centro – Vitória – ES.

## 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## a) Base de preparação

As demonstrações financeiras estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, conforme disposto na Resolução CMN nº 4.818/2020.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras, foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira dos ativos e passivos os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

O BANDES em conformidade com o disposto no art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 segue sem apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e estão apresentadas em conformidade com o novo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN, no que for aplicável. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente no período.

## b) Adoção de novas normas

A partir de 1º de janeiro de 2025, as seguintes normas, resoluções e instruções entram em vigor:

| Impactos Adoção da Res. CMN nº 4.966/2021                 | Res. CMN nº 2.682/1999<br>31/12/2024 |                   | Res. CMN nº 4.966/2021<br>1º/01/2025 |                  | Variação Perdas | Mensuração                                            |
|-----------------------------------------------------------|--------------------------------------|-------------------|--------------------------------------|------------------|-----------------|-------------------------------------------------------|
| Ativos Financeiros                                        | Carteira                             | Perdas Incorridas | Carteira                             | Perdas Esperadas | Acréscimo       | Categoria                                             |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez                   | 508.784                              | -                 | 508.784                              | (277)            | (277)           | Custo Amortizado                                      |
| Títulos e Valores Mobiliários (Disponíveis para Venda)    | 241.072                              | -                 | 241.072                              | (938)            | (938)           | Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes |
| Títulos e Valores Mobiliários (Mantidos até o Vencimento) | 485.776                              | -                 | 485.776                              | (274)            | (274)           | Custo Amortizado                                      |
| Operações de Crédito                                      | 608.768                              | (59.647)          | 608.768                              | (67.131)         | (7.484)         | Custo Amortizado                                      |

(=) Patrimônio líquido antes da implantação da Resolução CMN 4.966/21 em 1º de janeiro de 2025 **520.409**

## Saldo regulamentados pela Res. CMN nº 2.682/1999

## Baixas:

|                                                                          |               |
|--------------------------------------------------------------------------|---------------|
| (+) Provisões Perdas Incorridas de Operações de Crédito                  | 59.647        |
| (+) R.A. - Rendas a Apropriar de Contratos em Atraso a partir de 59 dias | 1.210         |
| (+) R.E.R. - Rendas de Encargos Recuperados de Prejuízo                  | 6.011         |
| (-) Ativo Fiscal Diferido                                                | (40.647)      |
| <b>Total Baixas</b>                                                      | <b>26.221</b> |

## Saldo implantados sob regras da Res. CMN nº 4.966/2021

## Constituições:

|                                                                                          |          |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----------|
| (-) Provisões Perdas Esperadas de Operações de Crédito                                   | (67.131) |
| (-) Rendas em Stop Accrual de Ativos Problemáticos                                       | (880)    |
| (-) Provisões Perdas Esperadas de Aplic. Interfinanceiras de Liquidez (Custo Amortizado) | (277)    |
| (-) Provisões Perdas Esperadas TVM (Custo Amortizado)                                    | (938)    |
| (-) Provisões Perdas Esperadas TVM (VJORA)                                               | (274)    |
| (-) Efeito Tributário sob/ rendas R. A. e R.E.R                                          | (2.854)  |
| (+) Ativo Fiscal Diferido s/ Perdas Esperadas                                            | 28.600   |
| (+) Ativo Fiscal Diferido 1/84 avos                                                      | 15.469   |
| (+) Ativo Fiscal Diferido s/ Perdas Esperadas de Aplic. Financeiras                      | 670      |

**Total Constituições** **(27.615)**

**(-) Efeitos Líquidos no Patrimônio Líquido** **(1.394)**

**(=) Patrimônio líquido após implantação da Resolução CMN 4.966/21 em 1 de janeiro de 2025** **519.015**

Em 31 de dezembro de 2024 o patrimônio líquido do BANDES totalizava R\$ 520.409. Com entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/2021 o impacto no patrimônio líquido foi de -R\$ 1.394, líquido do efeito tributário. O saldo é reflexo do aumento nos saldos de provisões da carteira de crédito de -R\$ 7.484 (-R\$ 4.062 efeito líquido de tributos) e das aplicações financeiras de -R\$ 1.489 (-R\$ 819 efeito líquido de tributos), mais o impacto positivo no reconhecimento rendas de encargos recuperados de prejuízo e recálculo nas das rendas a apropriar relativas ao período de 60 a 90 dias de R\$ 6.341 (R\$ 3.489 efeito líquido de tributos).

## 3. Revogações de Normas Aplicáveis a Instituição

As seguintes normas, anteriormente aplicáveis à Instituição, foram revogadas a partir de 01 de janeiro de 2025:

I. Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999: Estabelece normas gerais para instituições financeiras, incluindo Instituição.

## b.1) Resolução CMN nº 4.966/21

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabeleceu os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Como principais impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 presente na respectiva demonstração financeira, destacam-se:

- Ativos financeiros passaram a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Instituição e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de “SPPJ”);
- As receitas e os encargos atrelados diretamente na originação/emissão de instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas pela metodologia diferenciada com diferimento linear;
- Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passou a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;
- Adotamos o modelo de perda esperada simplificada para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito, utilizando-se dos critérios definidos na Resolução BCB 352/23 e modelo de perdas esperadas interno da Instituição. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.
- Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas;
- Mudança no critério de baixa de ativos financeiros à prejuízo, que passaram a ser baixados a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação.

## 1. Transição para a Resolução CMN nº 4.966/21

As principais mudanças identificadas pela Instituição em virtude da Resolução CMN nº 4.966/21 estão relacionadas à classificação e mensuração e perdas esperadas de ativos financeiros.

## 2. Adoção inicial

A Instituição adotou a disposição transitória prevista na Resolução CMN nº 4.966/21 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN 4.966/21 foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido da Instituição demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentada nos quadros abaixo:

II. Resolução nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000: Define critérios para operações de crédito e financiamento.

III. Resolução nº 3.181, de 29 de março de 2004: Dispõe sobre a constituição e funcionamento da Instituição.

IV. Resolução nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008: Estabelece regras para operações de crédito e financiamento.

V. Resolução nº 3.534, de 31 de janeiro de 2008: Complementa a Resolução nº 3.533.

VI. Resolução nº 4.036, de 30 de novembro de 2011: Atualiza normas para Instituição.

VII. Resolução nº 4.175, de 27 de dezembro de 2012: Estabelece novos critérios para operações de crédito.

VIII. Resolução nº 4.512, de 28 de julho de 2016: Define regras para a captação de recursos.

**IX.** Resolução nº 4.524, de 29 de setembro de 2016: Complementa a Resolução nº 4.512.

**X.** Resolução nº 4.803, de 9 de abril de 2020: Atualiza normas para operações de crédito.

**XI.** Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001: Estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários.

**XII.** Resolução CMN nº 4.855, de 24 de setembro de 2020: Estabelece novos critérios para a constituição e funcionamento da Instituição.

**XIII.** Art. 13 da Resolução CMN nº 4.858, de 23 de outubro de 2020 (Redação dada, a partir de 19/8/2024, pela Resolução CMN nº 5.146, de 26/6/2024.): Complementa a Resolução CMN nº 4.855.

#### **b.2) Instruções Normativas BCB nº 537/24 a n.º 543/24**

Em novembro de 2024, o BACEN divulgou as instruções normativas nº 537 a 543 que definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, a Instituição adaptou seu plano de contas contábeis interno, de modo a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas divulgadas por tais instruções.

#### **b.3) Lei n.º 14.467/22**

Em 16 de novembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.467, que produziu efeito a partir de 1º de janeiro de 2025, determinando os fatores de ponderação A e B (Art. 2º § 2º, I, e II) que correspondem aos percentuais de provisão estabelecidos na Res. BCB nº 352/23 (Anexo I) por tipo de carteira de crédito. Esse critério foi adotado para a apuração de IRPJ e CSLL, onde os valores registrados contabilmente não descasam dos valores utilizados para apuração desses tributos.

A partir de 1º de janeiro de 2025, a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, revogou a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. A nova legislação estabelece um novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa mudança visa atualizar e simplificar o arcabouço regulatório, proporcionando maior clareza e segurança jurídica para as instituições financeiras. A partir dessa data, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos inadimplidos e de créditos de pessoas jurídicas em processo falimentar ou em recuperação judicial, conforme os critérios estabelecidos pela nova lei. A partir de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração.

#### **b.4) Lei complementar n.º 214/2025**

A Reforma Tributária instituída pela Lei Complementar nº 214 de 16 de janeiro de 2025 altera de forma relevante a sistemática de incidência dos tributos sobre o consumo de bens e serviços. O prazo de implementação será de forma gradual entre os anos de 2026 e 2033, sendo o primeiro ano considerado ano teste. No caso do setor financeiro, a Reforma Tributária estabeleceu um regime específico de tributação, com nova declaração acessória e no formato cumulativo de tributação.

Considerando o estágio atual de implementação da Reforma da Tributária sobre o consumo não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 2025.

#### **c) Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que impactam os valores reportados dos ativos e passivos. As estimativas e julgamentos decorrem de subjetividades e incertezas, e os itens mais significativos incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos e provisões para contingências. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Instituição efetua a revisão das estimativas e premissas periodicamente.

#### **d) Pronunciamentos, alterações e interpretações existentes**

A administração da Instituição avaliou as normas e interpretações aplicáveis no período, bem como as normas que ainda não estão em vigor e não identificou impactos nas demonstrações financeiras da Instituição.

#### **e) Autorização para conclusão das demonstrações financeiras**

A Diretoria Executiva autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 24 de fevereiro de 2026, e o Conselho de Administração, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se, em 26 de fevereiro de 2026, favoravelmente à emissão.

### **3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis adotadas a seguir discriminadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### **a) Moeda funcional e de apresentação**

A apresentação destas demonstrações financeiras é efetuada em Reais (R\$), que é a moeda funcional do BANDES. Todos os valores estão expressos em milhares de Reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma.

#### **b) Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência de exercícios, utilizando-se o método de juros efetivos pela metodologia diferenciada com diferimento linear, incluindo os rendimentos, encargos, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e a longo prazo. Inclui também os efeitos dos ajustes dos ativos para valor de mercado ou de realização.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro rata” dia e calculadas com base no método exponencial.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, prontamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, a serem utilizados em compromissos de curto prazo, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor justo. (Nota 4)

#### **d) Instrumentos financeiros**

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros da Instituição são efetuadas de acordo com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21 e estão descritas a seguir:

##### **d.1) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros**

A Instituição classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos e em seus termos contratuais, e faz a mensuração nas categorias (i) custo amortizado, (ii) valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) valor justo através do resultado (VJR).

Passivos financeiros, relacionados a compromissos de empréstimos, e outros passivos, são mensurados ao custo amortizado.

O reconhecimento inicial de um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito, é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação. Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

##### **d.2) Mensuração inicial dos instrumentos financeiros**

O reconhecimento inicial ocorre:

**I.** Pelo preço de transação, apurado conforme regulamentação vigente, no caso de recebíveis de contratos com clientes sem componente de financiamento significativo; ou

**II.** Pelo valor justo, apurado conforme regulamentação vigente, nos demais casos.

Caso o valor justo do instrumento mensurado conforme o item II seja diferente do valor da contraprestação paga ou recebida na aquisição, originação ou emissão do instrumento financeiro, a instituição deve:

**1.** Reconhecer a diferença no resultado do período, para instrumentos financeiros mensurados no nível 1 ou no nível 2 da hierarquia de valor justo, conforme regulamentação vigente;

**2.** Diferir a diferença de acordo com a realização do ganho ou perda, nos demais casos. As regras de reconhecimento mencionadas acima, não se aplicam aos instrumentos classificados na categoria custo amortizado mensurados no nível 3 da hierarquia de valor justo, que devem ser reconhecidos pelo valor da contraprestação paga ou recebida na aquisição, originação ou emissão.

##### **d.3) Instrumentos financeiros ao custo amortizado**

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

**I.** O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e

**II.** Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros, com base na metodologia diferenciada com diferimento linear. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato. Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado.

##### **d.4) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes**

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA), se atender às seguintes condições:

**I.** Ser gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e

**II.** Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

Esses instrumentos são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

##### **d.5) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio**

A Instituição designou no reconhecimento inicial, de forma irrevogável, instrumentos patrimoniais de outra entidade para serem classificados na categoria valor justo em outros resultados abrangentes. A designação tem a finalidade de eliminar ou reduzir significativamente inconsistência de mensuração ou de reconhecimento contábil que possa ocorrer em virtude da mensuração em bases diferentes de ativos ou passivos cuja avaliação conjunta faça parte de estratégia já existente no reconhecimento inicial, ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos.

##### **d.6) Hierarquia do valor justo**

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação. A hierarquia do valor justo se trata de uma classificação feita em três níveis hierárquicos das informações aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo para permitir a consistência e a comparabilidade em divulgações.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir:

**I.** Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

**II.** Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

**III.** Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

A Instituição não possui instrumentos financeiros derivativos contratados.

##### **d.7) Reconhecimento de variação do valor justo**

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração do resultado.

**d.8) Reclassificação dos instrumentos financeiros**

A Instituição não reclassificou instrumentos financeiros no período apresentado.

**d.9) Baixa dos instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes desses ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Os passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

**e) Método de taxa efetiva de juros**

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Instituição optou em utilizar a “metodologia diferenciada com diferimento linear” para empréstimos e recebíveis de clientes e com características de crédito.

**e.1) Reconhecimento dos custos de transação**

No reconhecimento inicial de instrumentos financeiros classificados nas categorias custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, o valor apurado na data de aquisição, originação ou emissão deve ser ajustado da seguinte forma:

**I.** No caso de ativos financeiros, devem ser acrescidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzidos eventuais valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento; e

**II.** No caso de passivos financeiros, devem ser deduzidos os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e acrescidos eventuais valores recebidos na emissão do instrumento.

Os gastos incorridos na aquisição, originação ou emissão do instrumento que não possam ser apurados e controlados de forma individual, sem uso de rateio, durante todo o prazo do instrumento, serão reconhecidos como despesa do período em que ocorrerem.

Fica facultado o reconhecimento no resultado do exercício dos custos de transação e dos valores recebidos na aquisição ou originação do instrumento considerados imateriais.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2025, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

**e.2) Aplicação da taxa de juros efetiva em novas operações**

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, a Instituição aplica a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto dos instrumentos financeiros em novas operações. Esta prática, assegura que todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro sejam considerados de maneira precisa.

A aplicação da taxa de juros efetiva permite uma avaliação mais transparente e precisa dos custos e rendimentos dos instrumentos financeiros, refletindo fielmente o custo ou rendimento efetivo do instrumento. A metodologia utilizada pela Instituição é a de diferimento linear da taxa efetiva, que envolve o reconhecimento dos juros de forma linear ao longo do tempo. Isso significa que os juros são distribuídos uniformemente durante o período de vigência do instrumento financeiro, proporcionando uma representação mais precisa e consistente dos custos e receitas financeiras ao longo do tempo. Esta metodologia é essencial para garantir a integridade e a clareza das demonstrações financeiras, alinhando-se às melhores práticas contábeis e regulatórias.

**f) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A Instituição por pertencer ao segmento S4, utiliza a metodologia simplificada para a apuração de provisões para perdas esperadas. Esta abordagem permite uma avaliação menos complexa das perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o porte e a capacidade operacional da instituição.

O Banco Central do Brasil emitiu regras específicas para o modelo simplificado de apuração de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, que estabelecem os conceitos e os critérios contábeis para a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, para a caracterização de ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) e de ativos reestruturados.

Para o cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o modelo simplificado prevê os seguintes componentes:

**I. Provisão para perdas Incorridas – Ativos inadimplidos**

O nível de provisão para ativos inadimplidos é calculado de acordo com o número de meses de atraso a partir da data do inadimplemento e a classificação da carteira (C1 – C5). O nível de provisão aumenta à medida que o atraso aumenta. A provisão para perdas incorridas é estimada considerando:

- Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias), com base na carteira e no atraso no cumprimento do pagamento de principal e juros pela contraparte; e
- No caso de ativos financeiros cuja contraparte seja pessoa jurídica em processo falimentar, a provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito corresponde, a partir da data da decretação da falência, a 100% (cem por cento) do valor contábil bruto do ativo.
- Provisão adicional

Conforme a regulamentação vigente, a Instituição constitui a provisão adicional, com percentuais que variam em função do tempo de atraso (incluindo ativos com zero dias de atraso), a classificação de carteira (C1 – C5) e a caracterização de ativo problemático, conforme segue:

- Ativos financeiros não caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito;
- Ativos financeiros caracterizados como ativo com problemas de recuperação de crédito, não inadimplidos (atraso menor que 90 dias); e
- Ativos financeiros inadimplidos (atraso superior a 90 dias).

**II. Provisão para perda esperada**

O cálculo de provisão de perda esperada é realizado através de modelo próprio da instituição, tomando como base o histórico de pagamentos e segmentação de clientes.

**III. Total da provisão associada a perda de crédito**

O montante total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito corresponde, no máximo, a 100% do valor contábil bruto da operação e considera o maior valor entre (i) a soma da perda incorrida e da provisão adicional; e (ii) o valor da perda esperada. A Instituição adotou modelo interno para o cálculo de provisão para perdas esperadas com base no histórico da carteira, sendo realizada a provisão, a nível de contrato, do maior valor entre a perda esperada e a somatória das provisões para perda incorrida e provisão adicional.

A avaliação da perda esperada é de responsabilidade da Instituição detentora do instrumento e é realizada com base em critérios consistentes e verificáveis, utilizando informações internas e externas.

A Instituição emprega técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e a complexidade dos instrumentos financeiros, bem como com o porte, o perfil de risco e o modelo de negócio da instituição.

**g) Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito**

O instrumento financeiro se caracteriza como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando:

- Houver atraso superior a 90 dias no pagamento;
- Reestruturação do ativo financeiro associado à obrigação;
- Houver indicativos de que a obrigação não é honrada nas condições pactuadas, sem recorrer a garantias ou colaterais.

Uma vez que uma operação é marcada como ativo problemático, as demais operações da mesma contraparte, incluindo as demais contrapartes conectadas, são também marcadas como ativos problemáticos.

A marcação de ativo problemático pode ser revista (Cura) quando o ativo estiver performando no pagamento de principal e juros e:

- Existir um período sustentado de execução do pagamento por parte do cliente; e
- Existir amortização relevante do saldo devedor do cliente.

A Instituição não reconhece, no resultado do período, receita de juros ou de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

**h) Renegociação e reestruturação de instrumentos financeiros**

O valor contábil bruto de ativos financeiros reestruturados é ajustado para refletir o valor presente dos fluxos de caixa, descontados pela taxa de juros efetiva original. A diferença deve ser reconhecida no resultado do período da reestruturação, sem considerar novas concessões de crédito.

Instrumentos financeiros renegociados sem característica de reestruturação são reavaliados para refletir o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições renegociadas.

**i) Ativos não financeiros mantidos para venda**

Correspondentes a imóveis, e outros bens disponíveis para venda (próprios desativados, ou recebidos em dação em pagamento, ou oriundos de execução de garantias). Esses ativos são ajustados a valor justo por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.

**j) Despesas antecipadas**

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, são registradas no ativo e reconhecidas no resultado de acordo com o princípio de competência. (Nota 9.2)

**k) Imobilizado de uso e intangível**

Os bens que constituem o imobilizado de uso e os bens intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada, descritas nas notas 10 e 11, e abaixo.

O grupo de contas do Ativo Permanente está dividido em Imobilizado e Intangível, de acordo com os comentários a seguir:

**I. Imobilizado** - Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Está demonstrado pelo custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear conforme taxas anuais estipuladas em função do tempo de vida útil econômica como seguem: edificações – 4% ao ano - 300 meses; aparelhagens, móveis e máquinas, sistemas de segurança – 10% ao ano - 120 meses; equipamentos de informática – 20% ao ano - 60 meses; e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável. Os ganhos e as perdas na alienação do ativo imobilizado são reconhecidos em resultado não operacional. (Nota 10)

**II. Intangível** - Corresponde aos ativos não monetários e que tenham por objeto bens incorpóreos, adquiridos ou gerados internamente, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O grupo é constituído basicamente por gastos com desenvolvimento do sistema corporativo, por licenças e softwares, amortizados pelo método linear, ao longo da vida útil econômica do ativo, revisados internamente a cada período; e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável. Os prazos médios de vida útil econômica e respectivas taxas de amortização aplicadas por grupos de ativos são: desenvolvimento/modernização software corporativo, aplicativo para celulares e site corporativo, 12 anos - 8,33% ao ano; demais softwares 60 meses - 20% ao ano. (Nota 11)

**l) Redução do valor recuperável de ativos**

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anualmente, para verificar se há alguma indicação de perda do valor recuperável.

**m) Tributos correntes e diferidos**

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescido do adicional de 10% (sobre parcela do lucro real que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20 mil pelo número de meses do respectivo período de apuração). A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Para o Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS as alíquotas vigentes são 0,65% e 4%, respectivamente, e o imposto sobre serviço à alíquota de 5%

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias dedutíveis a compensar na medida em que se considera provável o lucro tributável futuro para a sua

utilização, e apresente histórico de lucros ou receitas tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais. A realização esperada do ativo fiscal diferido é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e estudo técnico.

#### n) Outros ativos

Os demais ativos são evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base pro rata die) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

#### o) Provisões para contingências

Os ativos, provisões e passivos contingentes são reconhecidos, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os quais foram aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009, a seguir evidenciados:

##### I. Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, salvo, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação, e, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes classificados com expectativa de êxito provável, são divulgados nas demonstrações financeiras.

##### II. Provisões

São constituídas sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

##### III. Passivos contingentes

Conforme definido no CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

#### p) Outros passivos

A Instituição reconhece outros passivos no balanço patrimonial ao custo amortizado. Os demais passivos incluem valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base pro rata die).

#### q) Juros sobre o capital próprio

Conforme apresentado anualmente nas demonstrações financeiras, e em observância a legislação e normas internas e externas que regem a matéria, a distribuição de resultado aos acionistas é realizada sobre a modalidade de dividendos ou juros sobre o capital próprio, referendada pela AGO/E que deliberar sobre as propostas apresentadas pelo conselho de administração aos acionistas.

#### r) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2/2020, em seu artigo 34, inciso V, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. A norma define como resultado não recorrente do exercício aquele que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

#### s) Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras foram requeridas aplicações de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto relevante sobre essas demonstrações. As estimativas contábeis foram determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Administração estão detalhados abaixo:

**I. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico (Nota 7.f);

**II. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas:** com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de natureza fiscal, cível, tributárias e trabalhistas através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente (Nota 15);

**III. Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos:** o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

**IV. Valor justo de instrumentos financeiros:** quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo.

#### t) Dotação para aumento de capital

As importâncias entregues ou creditadas à instituição pelo acionista majoritário Governo do Estado do Espírito Santo para futuras incorporações ao capital social do banco, em decorrência de obrigação estatutária, são mantidas em conta contábil do grupo do passivo, conforme IN BCB nº 429/2023, denominada dotação para aumento de capital, até a abertura do processo de aumento de capital, quando então são transferidas para a subconta Aumento de Capital Social, do grupo patrimonial Patrimônio Líquido.

#### u) Compromissos de crédito a liberar

Referem-se aos compromissos de desembolso que as instituições financeiras têm em relação aos contratos de crédito que ainda não foram integralmente liberados. Esses compromissos abrangem tanto as partes já comprometidas quanto os valores a serem liberados, conforme as condições contratuais pré-estabelecidas.

## 4 – DISPONIBILIDADES

A política contábil sobre Caixa e Equivalentes de Caixa está apresentada na Nota 3c. A seguir o quadro resumo da composição de contas que compõe as disponibilidades:

| Composição                                                        | 31/12/2025     |
|-------------------------------------------------------------------|----------------|
| (+) Moeda Nacional (caixa)                                        | 1              |
| (+) Moeda Nacional (depósitos bancários)                          | 1.125          |
| (=) Total de Caixa e Depósitos bancários                          | 1.126          |
| (+) Depósitos Interfinanceiros *                                  | 56.414         |
| (-) Provisões para perdas em Depósitos Interfinanceiros           | (116)          |
| (+) Aplicações no Mercado Aberto*                                 | 532.783        |
| (=) Total de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez até 90 dias* | 589.081        |
| <b>(=) Total das disponibilidades</b>                             | <b>590.207</b> |

\* Aplicações cujo vencimento efetivo da aplicação é igual ou inferior a 90 dias, e que apresentam risco insignificante de mudança de valor. Os saldos apresentados compõem os totais da nota 5, abaixo, Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.

## 5 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A política contábil sobre os instrumentos financeiros está apresentada na Nota 3d. O quadro a seguir demonstra a composição de contas de disponibilidades, segregadas pelo prazo de vencimento dos títulos.

| Composição                                              | Vencimento     |               |                   |                     |
|---------------------------------------------------------|----------------|---------------|-------------------|---------------------|
|                                                         | 1 a 90 dias    | 91 a 360 dias | Acima de 360 dias | Total em 31/12/2025 |
| (+) Empresas Ligadas (Banestes S/A)                     | 500            | -             | -                 | 500                 |
| (+) Empresas Não Ligadas                                | 55.914         | 46.537        | 30.280            | 132.731             |
| <b>(=) Depósitos Interfinanceiros (1)</b>               | <b>55.914</b>  | <b>46.537</b> | <b>30.280</b>     | <b>133.231</b>      |
| (-) Perda esperada em depósitos interfinanceiros        | (116)          | (93)          | (62)              | (271)               |
| <b>(=) Perda esperada em depósitos interfinanceiros</b> | <b>(116)</b>   | <b>(93)</b>   | <b>(62)</b>       | <b>(271)</b>        |
| (+) Aplicações no Mercado Aberto                        | 532.783        | -             | -                 | 532.783             |
| <b>(=) Aplicações no Mercado Aberto (2)</b>             | <b>532.783</b> | <b>-</b>      | <b>-</b>          | <b>532.783</b>      |
| <b>(=) Total líquido das aplicações financeiras</b>     | <b>589.081</b> | <b>46.444</b> | <b>30.218</b>     | <b>665.743</b>      |

(1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

(2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

## 6 – ATIVOS FINANCEIROS

A política contábil sobre ativos financeiros é apresentada a partir da Nota 3d. A seguir, quadros sobre a composição das contas do grupo patrimonial, comentários, e as principais rubricas em 31 de dezembro de 2025.

### a) Resumo geral dos ativos financeiros

| COMPOSIÇÃO                                                       | Saldo Contábil Bruto | (+/-) Ajuste no Patrimônio Líquido | Saldo Contábil Líquido em 31/12/2025 |
|------------------------------------------------------------------|----------------------|------------------------------------|--------------------------------------|
| <b>Instrumentos classificados como Custo Amortizado</b>          |                      |                                    |                                      |
| (+) Aplicações Interfinanceiras de liquidez* (Nota 6b)           | 665.743              | -                                  | 665.743                              |
| (+) Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)                      | 448.252              | -                                  | 448.252                              |
| (+) Empréstimos e recebíveis (Nota 7)                            | 694.640              | -                                  | 694.640                              |
| (-) Receitas diferidas                                           | (1.721)              | -                                  | (1.721)                              |
| <b>(=) Custo Amortizado</b>                                      | <b>1.806.914</b>     | <b>-</b>                           | <b>1.806.914</b>                     |
| <b>Instrumentos classificados como VJORA</b>                     |                      |                                    |                                      |
| (+) Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c e d)                  | 481.644              | (19.488)                           | 462.156                              |
| <b>(=) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes</b> | <b>481.644</b>       | <b>(19.488)</b>                    | <b>462.156</b>                       |
| <b>Provisões para perdas</b>                                     |                      |                                    |                                      |
| (-) Perda esperada associada ao risco de crédito*                | (28.920)             | -                                  | (28.920)                             |
| (-) Perda incorrida associada ao risco de crédito                | (15.887)             | -                                  | (15.887)                             |
| (-) Perda adicional associada ao risco de crédito                | (36.090)             | -                                  | (36.090)                             |
| <b>(=) Total de Provisões para perdas</b>                        | <b>(80.897)</b>      | <b>-</b>                           | <b>(80.897)</b>                      |
| <b>(=) Total geral dos Instrumentos Financeiros</b>              | <b>2.207.661</b>     | <b>(19.488)</b>                    | <b>2.188.173</b>                     |

(\*) Excluída a provisão para a perda esperada em aplicações interfinanceiras com vencimento inferior a noventa dias.

### b) Resumo das aplicações interfinanceiras com vencimento superior a 90 dias

| Aplicações                                                   | 91 a 360 dias | >360 dias     | 31/12/2025    |
|--------------------------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| <b>Depósitos Interfinanceiros</b>                            |               |               |               |
| (+) Depósito interfinanceiro - Não BANESTES                  | 46.537        | 26.424        | 72.961        |
| (+) Depósito a prazo com garantia especial                   | 0             | 3.856         | 3.856         |
| (-) Perda esperada                                           | (93)          | (62)          | (156)         |
| <b>(=) Total de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b> | <b>46.444</b> | <b>30.218</b> | <b>76.662</b> |

c) Resumo dos títulos e valores mobiliários por classificação e prazo de vencimento

| Composição                                              | Até 90 dias    | 91 a 360 dias  | >360 dias      | 31/12/2025     |
|---------------------------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| <b>TVM Classificados como Custo Amortizado</b>          |                |                |                |                |
| (+) Letra Financeira (Privado)                          | 95.834         | 75.828         | 227.854        | 399.516        |
| (+) Notas do Tesouro Nacional (Público)                 | -              | -              | 44.681         | 44.681         |
| (+) Debênture (Privado)                                 | -              | -              | 4.055          | 4.055          |
| <b>(=) Total bruto TVM Custo Amortizado</b>             | <b>95.834</b>  | <b>75.828</b>  | <b>276.590</b> | <b>448.252</b> |
| (-) Perda esperada TVM Custo Amortizado                 | (197)          | (153)          | (482)          | (832)          |
| <b>(=) Total líquido TVM Custo Amortizado</b>           | <b>95.637</b>  | <b>75.675</b>  | <b>276.108</b> | <b>447.420</b> |
| <b>TVM Classificados c/ VJORA</b>                       |                |                |                |                |
| (+) Letra Financeira (Privado)                          | 28.752         | 30.518         | 181.384        | 240.654        |
| (+) Letra do Tesouro Nacional (Público)                 | -              | -              | 18.593         | 18.593         |
| (+) Letra Financeira do Tesouro (Público)               | 2.026          | -              | 74.678         | 76.703         |
| (+) Notas do Tesouro Nacional (Público)                 | -              | 4.179          | 111.439        | 115.619        |
| (+) Debênture                                           | 4.680          | 4.462          | 11.688         | 20.830         |
| (+) Criatec 3 - FIP                                     | -              | -              | 9.145          | 9.145          |
| (+) FGI                                                 | -              | -              | 100            | 100            |
| <b>(=) Total bruto TVM VJORA</b>                        | <b>35.458</b>  | <b>39.159</b>  | <b>407.027</b> | <b>481.644</b> |
| (+/-) AVJ - Ajuste do Valor Justo TVM VJORA             | 81             | (72)           | (19.497)       | (19.488)       |
| <b>(-) Perda esperada TVM VJORA</b>                     | <b>(68)</b>    | <b>(70)</b>    | <b>(2.037)</b> | <b>(2.175)</b> |
| <b>(=) Total líquido TVM VJORA</b>                      | <b>35.471</b>  | <b>39.017</b>  | <b>385.493</b> | <b>459.981</b> |
| <b>(=) Total geral de Títulos e Valores Mobiliários</b> | <b>131.108</b> | <b>114.692</b> | <b>661.601</b> | <b>907.401</b> |

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por carteiras

| Carteira                                       | Créditos a vencer | Créditos vencidos | Total Operações  | Perdas Esperadas | Perdas Incorridas | Perdas Adicionais | Total das perdas | Total Líquido    |
|------------------------------------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|
| <b>Aplicações interfinanceiras de Liquidez</b> |                   |                   |                  |                  |                   |                   |                  |                  |
| C2                                             | 665.743           | -                 | 665.743          | (271)            | -                 | -                 | (271)            | 665.472          |
| <b>Títulos e Valores imobiliários</b>          |                   |                   |                  |                  |                   |                   |                  |                  |
| Cotas de Fundos                                | 9.245             | -                 | 9.245            | -                | -                 | -                 | -                | 9.245            |
| C2                                             | 895.766           | -                 | 895.766          | (2.809)          | -                 | -                 | (2.809)          | 892.958          |
| C4                                             | 24.885            | -                 | 24.885           | (198)            | -                 | -                 | (198)            | 24.686           |
| Ajustes VJORA                                  | (19.488)          | -                 | (19.488)         | -                | -                 | -                 | -                | (19.488)         |
| Total aplicações financeiras                   |                   |                   |                  |                  |                   |                   |                  | 1.572.873        |
| <b>Empréstimos e créditos a receber</b>        |                   |                   |                  |                  |                   |                   |                  |                  |
| C1                                             | 236.694           | 43.549            | 280.242          | (6.905)          | (1.588)           | (5.712)           | (14.205)         | 266.037          |
| C2                                             | 99.964            | 39.884            | 139.849          | (260)            | (7.696)           | (4.753)           | (12.709)         | 127.139          |
| C3                                             | 243.062           | 22.547            | 265.608          | (18.283)         | (6.472)           | (24.102)          | (48.857)         | 216.751          |
| C5                                             | 8.459             | 483               | 8.941            | (309)            | (131)             | (1.523)           | (1.963)          | 6.979            |
| Rendas Diferidas                               | (1.721)           | -                 | (1.721)          | -                | -                 | -                 | -                | (1.721)          |
| Total operações de crédito                     |                   |                   |                  |                  |                   |                   |                  | 615.185          |
| <b>TOTAL GERAL</b>                             | <b>2.162.609</b>  | <b>106.463</b>    | <b>2.269.070</b> | <b>(29.037)</b>  | <b>(15.887)</b>   | <b>(36.090)</b>   | <b>(81.012)</b>  | <b>2.188.058</b> |

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

| Composição                               | 31/12/2025 |
|------------------------------------------|------------|
| <b>Saldos iniciais em 01/01/2025</b>     |            |
| Aplicações financeiras                   | (1.490)    |
| Operações de crédito                     | (67.131)   |
| <b>Constituições Líquidas no período</b> |            |
| Constituições                            | (53.886)   |
| Reversões                                | 40.446     |
| Transferência para prejuízo              | 1.409      |
| <b>Saldos finais em 31/12/2025</b>       |            |
| Circulante                               | (25.114)   |
| Não Circulante                           | (55.898)   |

7 – EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS DE CLIENTES

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, com remuneração básica, na maioria dos casos, constituída por índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

a) Empréstimos e recebíveis de clientes por modalidade

| Modalidade                                              | 31/12/2025     | %          |
|---------------------------------------------------------|----------------|------------|
| (+) Empréstimos                                         | 101.006        | 15         |
| (+) Financiamentos (inclusive agroindustriais)          | 520.018        | 75         |
| (+) Financiamentos rurais                               | 56.097         | 8          |
| (+) Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento     | 8.872          | 1          |
| <b>(=) Subtotal</b>                                     | <b>685.994</b> | <b>99</b>  |
| (+) Crédito por venda a prazo de ativos não financeiros | 8.646          | 1          |
| <b>(=) Total das operações de créditos</b>              | <b>694.640</b> | <b>100</b> |
| Circulante                                              | 159.621        | 23         |
| Não Circulante                                          | 535.019        | 77         |

c.1) Reclassificação de ativos financeiros

No exercício social de 2025 não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários.

c.2) Movimentação do valor justo em outros resultados abrangentes

| Ganhos e perdas realizados / não realizados em Títulos e Valores Mobiliários - Categoria VJORA |                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| <b>(=) Ajustes de Avaliação Patrimonial em 01/01/2025</b>                                      | <b>(12.023)</b> |
| (+) Ganhos não realizados nos títulos da categoria VJORA                                       | 20.925          |
| (-) Perdas não realizadas nos títulos da categoria VJORA                                       | (18.756)        |
| (+) Ganhos realizados e transferidos para resultado                                            | 201             |
| <b>(=) Ajustes antes dos efeitos tributários</b>                                               | <b>2.370</b>    |
| (+) Efeitos tributários positivos                                                              | 782             |
| (-) Efeitos tributários negativos                                                              | (1.847)         |
| <b>(+/-) Efeitos tributários líquidos</b>                                                      | <b>(1.065)</b>  |
| <b>(=) Ajustes de Avaliação Patrimonial em 31/12/2025</b>                                      | <b>(10.718)</b> |

d) Provisões de ativos financeiros

| Composição                                                                | A.I.L.       | T.V.M.         | Empréstimos e Recebíveis | 31/12/2025      |
|---------------------------------------------------------------------------|--------------|----------------|--------------------------|-----------------|
| (-) Perda esperada associada ao risco de crédito                          | (156)        | (3.007)        | (25.757)                 | (28.920)        |
| (-) Perda incorrida associada ao risco de crédito                         | -            | -              | (15.887)                 | (15.887)        |
| (-) Perda adicional associada ao risco de crédito                         | -            | -              | (36.090)                 | (36.090)        |
| <b>(=) Total das provisões para perdas associadas ao risco de crédito</b> | <b>(156)</b> | <b>(3.007)</b> | <b>(77.734)</b>          | <b>(80.897)</b> |
| Circulante                                                                | (94)         | (335)          | (24.507)                 | (24.936)        |
| Não Circulante                                                            | (62)         | (2.672)        | (48.897)                 | (51.631)        |

b) Empréstimos e recebíveis de clientes por concentração de operação

| Concentração                              | 31/12/2025     | %          |
|-------------------------------------------|----------------|------------|
| (+) Principal Devedor                     | 42.360         | 6          |
| (+) 10 maiores devedores                  | 217.819        | 31         |
| (+) 50 seguintes maiores devedores        | 231.993        | 33         |
| (+) 100 seguintes maiores devedores       | 85.938         | 12         |
| (+) Demais clientes                       | 116.530        | 16         |
| <b>(=) Total das operações de crédito</b> | <b>694.640</b> | <b>100</b> |
| Circulante                                | 159.621        | 23         |
| Não Circulante                            | 535.019        | 77         |

c) Empréstimos e recebíveis de clientes por vencimento

| Vencimento                                | 31/12/2025     | %          |
|-------------------------------------------|----------------|------------|
| (+) Parcelas vencidas a partir de 15 dias | 15.834         | 2          |
| (+) A vencer                              | <b>679.806</b> | <b>98</b>  |
| (+) Até 3 meses                           | 37.181         | 5          |
| (+) De 3 meses a 12 meses                 | 117.407        | 18         |
| (+) Acima de 12 meses                     | 524.218        | 75         |
| <b>(=) Total das operações de crédito</b> | <b>694.640</b> | <b>100</b> |
| Circulante                                | 159.621        | 23         |
| Não Circulante                            | 535.019        | 77         |

## d) Empréstimos e recebíveis de clientes por setor de atividade

| Setor de Atividade                        | 31/12/2025     | %          |
|-------------------------------------------|----------------|------------|
| <b>(=) Setor privado</b>                  | <b>685.756</b> | <b>99</b>  |
| <b>(=) Pessoa Jurídica</b>                | <b>622.574</b> | <b>90</b>  |
| (+) Rural                                 | 3.894          | 1          |
| (+) Indústria                             | 295.870        | 42         |
| (+) Comércio                              | 122.773        | 18         |
| (+) Outros serviços                       | 200.037        | 29         |
| <b>(=) Pessoa Física</b>                  | <b>63.182</b>  | <b>9</b>   |
| (+) Rural                                 | 55.210         | 8          |
| (+) Indústria                             | 102            | 0          |
| (+) Comércio                              | 239            | 0          |
| (+) Outros serviços                       | 7.631          | 1          |
| <b>(=) Setor público</b>                  | <b>8.884</b>   | <b>1</b>   |
| (+) Administração direta municipal        | 8.884          | 1          |
| <b>(=) Total das operações de crédito</b> | <b>694.640</b> | <b>100</b> |
| Circulante                                | 159.621        | 23         |
| Não Circulante                            | 535.019        | 77         |

## e) Rendas diferidas

As receitas e os encargos atrelados diretamente a originação/emissão de instrumentos financeiros são reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas pela metodologia diferenciada com diferimento linear.

| Composição                              | 31/12/2025     |
|-----------------------------------------|----------------|
| (-) Receitas Diferidas Empréstimos      | (426)          |
| (-) Receitas Diferidas - Financiamentos | (1.295)        |
| <b>(=) Total</b>                        | <b>(1.721)</b> |

## f) Renegociações e reestruturações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, ocorreram movimentações na carteira de empréstimos e recebíveis, conforme demonstrado abaixo, no quadro resumo de operações renegociadas, recuperadas e baixadas para prejuízo de acordo com a política e normas do banco.

| Situação                                                                   | 31/12/2025 |
|----------------------------------------------------------------------------|------------|
| Empréstimos e recebíveis renegociados                                      | 17.655     |
| Empréstimos e recebíveis renegociados com característica de reestruturação | 11.483     |
| Empréstimos e recebíveis recuperados                                       | 70.747     |
| Empréstimos e Recebíveis baixados para prejuízo                            | 1.049      |

## g) Rendas com operações de crédito

O quadro a seguir demonstra o montante auferido com operações de crédito.

| Rendas com operações de Crédito (+)                       | 31/12/2025     |
|-----------------------------------------------------------|----------------|
| Rendas de Operações de Crédito                            | 72.966         |
| Rendas de Outras Operações Com Características de Crédito | 1.073          |
| Recuperação de Ativos Financeiros Baixados como Prejuízo  | 70.747         |
| <b>Total</b>                                              | <b>144.786</b> |

## 8 – OUTROS ATIVOS

O grupo de Outros ativos é composto principalmente por ativos que não representam ativos financeiros ou representam recebíveis comerciais sem componente significativo de financiamento. Nesse sentido, não são elegíveis para fins das regras de classificação de risco, e não fazem parte do escopo para avaliação da perda esperada.

| Composição                                     | 31/12/2025    | %          |
|------------------------------------------------|---------------|------------|
| (+) Rendas a receber (8.a)                     | 2.733         | 11         |
| (+) Adiantamentos salariais / Outros (8.b)     | 1.075         | 4          |
| (+) Devedores por depósitos em garantia (8.c)  | 5.110         | 21         |
| (+) Impostos e contribuições a compensar (8.d) | 99            | -          |
| (+) Pagamentos a ressarcir (8.e)               | 737           | 3          |
| (+) Outros Valores e Bens (8.f)                | 11.890        | 50         |
| (+) Despesas antecipadas (8.g)                 | 2.249         | 9          |
| <b>(=) Total</b>                               | <b>23.893</b> | <b>100</b> |
| Circulante                                     | 21.695        | 91         |
| Não Circulante                                 | 2.198         | 9          |

## a) Rendas a receber

| Composição                                                | 31/12/2025   | %          |
|-----------------------------------------------------------|--------------|------------|
| (+) Juros e encargos de mora FUNDAP                       | 91           | 3          |
| (+) Rendas a receber BNDES/ PRONAF – Equalização de juros | 325          | 12         |
| (+) Rendas a receber FUNSAF                               | 90           | 3          |
| (+) Rendas a receber FUNDÁGUA PSA                         | 634          | 23         |
| (+) Rendas a receber FUNCITEC                             | 253          | 9          |
| (+) Rendas a receber FUNDO DE AVAL BANDES                 | 65           | 2          |
| (+) Rendas a receber FUNDO FORTEC                         | 417          | 15         |
| (+) Rendas a receber FUNDO SOBERANO - FUNSES              | 521          | 19         |
| (+) Rendas a receber FUNSAF 4                             | 74           | 3          |
| (+) Rendas a receber FUNSAF 5                             | 109          | 4          |
| (+) Rendas a receber EQUALIZAÇÃO FORTEC                   | 154          | 7          |
| <b>(=) Total</b>                                          | <b>2.733</b> | <b>100</b> |
| Circulante                                                | 2.733        | 100        |
| Não Circulante                                            | -            | -          |

Basicamente o grupo contém os valores a receber de fundos e programas governamentais, conforme disposto nas legislações e nas normas vigentes, como por exemplo, juros e encargos de mora devidos pelo FUNDAP, de acordo com o previsto na Lei Estadual nº 2.508/1970.

## b) Adiantamentos e antecipações salariais

| Composição                                              | 31/12/2025   | %          |
|---------------------------------------------------------|--------------|------------|
| (+) Adiantamento de Férias                              | 264          | 24         |
| (+) Adiantamento de 13º Salário                         | 0            | 1          |
| (+) Adiantamento de Participação nos lucros             | 483          | 45         |
| (+) Adiantamento de FGTS S/ 13º Salário                 | 63           | 6          |
| (+) Adiantamento de Gratificação de 1/3 FÉRIAS          | 147          | 13         |
| (+) Adiantamentos P/ Pagamentos P/ Conta da Instituição | 118          | 11         |
| <b>(=) Total</b>                                        | <b>1.075</b> | <b>100</b> |
| Circulante                                              | 1.075        | 100        |

## c) Devedores por depósitos em garantia

| Composição                                       | 31/12/2025   | %          |
|--------------------------------------------------|--------------|------------|
| (+) Para Interposição de Outros Recursos Fiscais | 5.069        | 99         |
| (+) Outros Depósitos                             | 41           | 1          |
| <b>(=) Total</b>                                 | <b>5.110</b> | <b>100</b> |
| Circulante                                       | 4.573        | 89         |
| Não Circulante                                   | 537          | 11         |

## d) Impostos e contribuições a compensar

| Composição                                | 31/12/2025 | %          |
|-------------------------------------------|------------|------------|
| (+) IRRF - S/ Rendas a Receber dos Fundos | 93         | 94         |
| (+) IRRF - S/ JCP Recebidos               | 6          | 6          |
| <b>(=) Total</b>                          | <b>99</b>  | <b>100</b> |
| Circulante                                | 99         | 100        |

## e) Pagamento a ressarcir

Compostos, principalmente, por saldos de transferências bancárias não concluídas por divergência de dados informados (titular x código de conta corrente); bloqueios em contas bancárias executados pelo sistema Bacenjud, bloqueios de folha salarial; e outros:

| Composição                                        | 31/12/2025 | %          |
|---------------------------------------------------|------------|------------|
| (+) BNDES-Bônus a receber por ressarcimento       | 1          | -          |
| (+) Outros pagamentos a ressarcir                 | 552        | 75         |
| (+) Empregados cedidos                            | 22         | 3          |
| (+) Pagamento a Ressarcir FGP-ES                  | 103        | 14         |
| (+) Pagamento a Ressarcir FUNDO DE AVAL           | 3          | -          |
| (+) Pagamento a Ressarcir FUNDO FORTEC            | 36         | 5          |
| (+) Pagamento a Ressarcir FUNDO SOBERANO - FUNSES | 20         | 3          |
| <b>(=) Total</b>                                  | <b>737</b> | <b>100</b> |
| Circulante                                        | 737        | 100        |

## f) Outros valores e bens

Compostos, basicamente, por imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, e deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes.

| Composição                                                       | 31/12/2025    | %          |
|------------------------------------------------------------------|---------------|------------|
| (+) Imóveis não de Uso Próprio                                   | 14.357        | 100        |
| (+) Máquinas, equipamentos e outros                              | 8             | -          |
| <b>(=) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda- Recebidos</b> | <b>14.365</b> | <b>100</b> |
| (-) Provisão para desvalorização                                 | (2.475)       | 17         |
| <b>(=) Total</b>                                                 | <b>11.890</b> | <b>100</b> |
| Circulante                                                       | 11.882        | 100        |
| Não Circulante                                                   | 8             | -          |

## g) Despesas antecipadas

Constituídas por dispêndios com pagamentos antecipados por assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, licenças de softwares; e contribuições patronais ao plano de previdência suplementar devolvida pela entidade de previdência, devido à perda de direito ao benefício pelo empregado, por descumprimento das condições do plano previdenciário ou saque voluntário, cujos valores são utilizados na quitação de contribuições patronais futuras, conforme discriminado abaixo:

| Composição                              | 31/12/2025   | %          |
|-----------------------------------------|--------------|------------|
| (+) Despesa Antecipadas                 | 1.249        | 56         |
| (+) Despesa c/ Previdência Complementar | 1.000        | 44         |
| <b>(=) Total</b>                        | <b>2.249</b> | <b>100</b> |
| Circulante                              | 598          | 27         |
| Não Circulante                          | 1.651        | 73         |

## 9 – IMOBILIZADO DE USO

A política contábil sobre o ativo imobilizado de uso está apresentada na nota explicativa 3K. A seguir apresentamos o quadro resumo dos principais grupos e contas integrantes do grupo, cujos valores registram principalmente imóveis, móveis, máquinas e equipamentos utilizados na exploração da atividade da instituição:

| Composição                                   | Taxa anual | Custo         | Depreciação     | 31/12/2025<br>Líquido |
|----------------------------------------------|------------|---------------|-----------------|-----------------------|
| (+) Terrenos, Obras de Arte e Direito de Uso | -          | 651           | -               | 651                   |
| (+) Edificações                              | 4%         | 3.811         | (3.802)         | 9                     |
| (+) Instalações                              | 10%        | 40            | (6)             | 34                    |
| (+) Móveis e máquinas                        | 10%        | 3.584         | (2.707)         | 877                   |
| (+) Aparelhagens                             | 10%        | 569           | (415)           | 154                   |
| (+) Equipamentos de informática              | 20%        | 12.372        | (9.187)         | 3.185                 |
| (+) Sistema de segurança                     | 10%        | 213           | (191)           | 22                    |
| <b>(=) Total do Imobilizado de Uso</b>       |            | <b>21.240</b> | <b>(16.308)</b> | <b>4.932</b>          |

a) Depreciações

O resumo das depreciações do ativo imobilizado de uso no período estão a seguir apresentados:

| Composição                                     | 31/12/2025 |
|------------------------------------------------|------------|
| (-) Depreciação Acumulada do Ativo Imobilizado | (16.308)   |
| (-) Despesas de Depreciação no período         | (1.123)    |

10 – INTANGÍVEL

A política contábil sobre o ativo intangível está apresentada na nota explicativa 3K. A seguir apresentamos o quadro resumo dos principais grupos e contas integrantes do grupo, cujos valores estão relacionados aos sistemas de processamento de dados adquiridos pela instituição ou gerados internamente:

11 – DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

a) Empréstimos e repasses

O subgrupo Empréstimos e Repasses agrupa as “obrigações por empréstimos e repasses”, que correspondem substancialmente às captações com órgãos governamentais e fundos

| Composição                            | Taxa anual | Custo         | Amortização     | 31/12/2025<br>Líquido |
|---------------------------------------|------------|---------------|-----------------|-----------------------|
| (+) Modernização SISBANDES            | 8%         | 60.017        | (43.344)        | 16.673                |
| (+) Aquisição de Softwares e Licenças | 20%        | 6.254         | (6.046)         | 208                   |
| (+) Site BANDES                       | 8%         | 2.948         | (1.231)         | 1.717                 |
| (+) Aplicativo para Celulares         | 8%         | 99            | (29)            | 70                    |
| (+) Sistema de Crédito Eletrônico     | -          | 496           | (496)           | -                     |
| (+) BI – Consultas                    | -          | 47            | (47)            | -                     |
| (+) Sistema de Ponto Eletrônico       | -          | 11            | (11)            | -                     |
| <b>(=) Total do Intangível</b>        |            | <b>69.872</b> | <b>(51.204)</b> | <b>18.668</b>         |

Amortizações

O resumo das amortizações do ativo intangível no período estão a seguir apresentados:

| Composição                                    | 31/12/2025 |
|-----------------------------------------------|------------|
| (-) Amortização Acumulada do Ativo Intangível | (50.206)   |
| (-) Despesas de Amortizações                  | (1.816)    |

administrados pelo Banco, para financiamentos a clientes locais, atualizados monetariamente, quando aplicável, de acordo com as disposições legais e contratuais, conforme a seguir:

| Composição                                     | Até 3 meses   | Após 3 meses   | Até 12 meses<br>Circulante | Após 12 meses<br>Não Circulante | Total<br>31/12/2025 |
|------------------------------------------------|---------------|----------------|----------------------------|---------------------------------|---------------------|
| <b>Empréstimos e repasses no Brasil</b>        |               |                |                            |                                 |                     |
| (+) BNDES                                      | 4.543         | 49.317         | 16.666                     | 37.194                          | <b>53.860</b>       |
| (+) FINAME                                     | 677           | 76.108         | 6.728                      | 70.057                          | <b>76.785</b>       |
| (+) FINEP                                      | 25.478        | 118.671        | 43.799                     | 100.351                         | <b>144.150</b>      |
| (+) Outras Inst. Oficiais (*)                  | 8.911         | 172.126        | 35.384                     | 145.653                         | <b>181.037</b>      |
| <b>(=) Repasses no Brasil</b>                  | <b>39.609</b> | <b>416.222</b> | <b>102.577</b>             | <b>353.255</b>                  | <b>455.832</b>      |
| <b>Empréstimos e repasses no exterior (**)</b> |               |                |                            |                                 |                     |
| (+) BID (1)                                    | 25.182        | 61.532         | 27.118                     | 59.596                          | <b>86.714</b>       |
| (+) BID (2)                                    | 3.279         | 34.470         | 4.346                      | 33.404                          | <b>37.749</b>       |
| (+) BID (3)                                    | 17.362        | 525            | 17.362                     | 525                             | <b>17.887</b>       |
| (+) BID (4)                                    | -             | 13.650         | 407                        | 13.243                          | <b>13.650</b>       |
| (+) BID (5)                                    | -             | 11.840         | 355                        | 11.485                          | <b>11.840</b>       |
| <b>(=) Repasses no Exterior</b>                | <b>45.822</b> | <b>122.018</b> | <b>49.588</b>              | <b>118.253</b>                  | <b>167.840</b>      |
| <b>(=) Total de Empréstimos e Repasses</b>     | <b>85.431</b> | <b>538.240</b> | <b>152.165</b>             | <b>471.508</b>                  | <b>623.672</b>      |

(\*) Compõe o grupo outras instituições oficiais o total R\$ 84.473 repassados do Fundo Geral do Turismo – FUNGETUR.

(\*\*) Empréstimo obtido com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no total de US\$ 30 milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

Os recursos estão destinados ao financiamento e execução do Programa Global de Crédito para a Defesa do Setor Produtivo e o Emprego no Estado do Espírito Santo, no total de US\$ 30 milhões de Dólares do EUA, e foram liberados em tranches convertidas em Reais pela taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil. As taxas estão relacionadas a seguir:

- (1) A primeira tranche de US\$ 15 milhões foi liberada em 19/01/2022 e convertida na mesma data em Reais, pela cotação da taxa PTAX de R\$ 5,4972;  
(2) A segunda tranche de US\$ 7,5 milhões foi liberada em 14/07/2023 e convertida na mesma data em Reais pela cotação da taxa PTAX de R\$ 4,8775;  
(3) A terceira tranche de US\$ 3 milhões foi liberada em 14/11/2024 e convertida na mesma data em Reais pela cotação da taxa PTAX de R\$ 5,7605;  
(4) A quarta tranche de US\$ 2,3 milhões foi liberada em 05/06/2025 e convertida na mesma data em Reais pela cotação da taxa PTAX de R\$ 5,6559;  
(5) A quinta tranche de US\$ 2,2 milhões liberado em 08/10/2025 e convertida na mesma data pela cotação da taxa PTAX de R\$ 5,3165.

| Tranches | Liberação US\$ | Data liberação | Amortização 40 parcelas |            | Taxa de Juros | Posição inicial R\$ | Posição final R\$ |
|----------|----------------|----------------|-------------------------|------------|---------------|---------------------|-------------------|
|          |                |                | Inicial                 | Final      |               |                     | 31/12/2025        |
| 1        | 15.000         | 1/19/2022      | 4/15/2027               | 10/15/2046 | CDI + 1,42%   | 83.985              | 86.714            |
| 2        | 7.500          | 7/14/2023      | 4/15/2027               | 10/15/2046 | CDI + 1,16%   | 36.581              | 37.749            |
| 3        | 3.000          | 11/1/2024      | 4/15/2027               | 10/15/2046 | CDI + 0,49%   | 13.354              | 17.887            |
| 4        | 2.341          | 6/5/2025       | 4/15/2027               | 10/15/2046 | CDI + 0,52%   | 13.018              | 17.887            |
| 5        | 2.159          | 10/8/2025      | 4/15/2027               | 10/15/2046 | CDI + 0,59%   | 11.485              | 13.650            |

b) Outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

| Composição                                      | 31/12/2025     |
|-------------------------------------------------|----------------|
| (+) Depósitos (1)                               | 192.380        |
| (+) Fundos financeiros e de desenvolvimento (2) | 685.360        |
| (+) Outros Instrumentos de Dívida (3)           | 33.948         |
| <b>(=) Total</b>                                | <b>911.688</b> |
| Circulante                                      | 226.328        |
| Não Circulante                                  | 685.360        |

1) Depósitos

Correspondem às obrigações com depósitos à vista e a prazo, estes últimos representados por certificados de depósito bancário subscritos pelo Governo do Estado e por empresas Fundapeanas, para alocação de cauções de operações liberadas com recursos FUNDAP; e captações no mercado por meio de instrumento depósito a prazo com garantia especial do Fundo Garantidor de Crédito.

| Composição            | 31/12/2025     |
|-----------------------|----------------|
| (=) À vista           | 30.174         |
| (=) A prazo           | 162.207        |
| (+) Governo do Estado | 105.122        |
| (+) Clientes FUNDAP   | 57.085         |
| <b>(=) Total</b>      | <b>192.380</b> |
| Circulante            | 192.380        |

2) Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os “Fundos financeiros e de desenvolvimento”, administrados ou operados pelo BANDES apresentam em contas patrimoniais o seguinte total R\$ 685.360 em 31 de dezembro de 2025.

| Composição                       | 31/12/2025     |
|----------------------------------|----------------|
| (+) FUNDAP                       | 1.024          |
| (+) FUNDES                       | 77.711         |
| (+) FUNCITEC                     | 305.187        |
| (+) FUNDÁGUA                     | 265            |
| (+) PSA FUNDAGUA - LEI 10.583/16 | 5.460          |
| (+) FUNDEPAR-ES                  | 34.009         |
| (+) FUNSAF                       | 4.536          |
| (+) RENOVA                       | 71.923         |
| (+) FUNDESUL - PK                | 9.457          |
| (+) FUNDO SOBERANO – FUNSES      | 18.564         |
| (+) FORTEC                       | 157.224        |
| <b>(=) Total</b>                 | <b>685.360</b> |
| Circulante                       | 169.114        |
| Não Circulante                   | 516.246        |

3) Letras de crédito de desenvolvimento - LCD

No período foram captados recursos no total de R\$ 33.948 mil por meio da emissão de Letras de Crédito do Desenvolvimento – LCD, prevista na Lei no 14.937/2024, com prazo de vencimento estimado entre 1 a 5 anos.

| Composição                                     | 31/12/2025    |
|------------------------------------------------|---------------|
| (+) LETRAS DE CRÉDITO DO DESENVOLVIMENTO - LCD | 34.813        |
| (-) DESÁGIO NA EMISSÃO DE LCD                  | (865)         |
| <b>(=) Total</b>                               | <b>33.948</b> |
| Circulante                                     | -             |
| Não Circulante                                 | 33.948        |

12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES

| Composição                                                     | 31/12/2025    |
|----------------------------------------------------------------|---------------|
| (+) Impostos e contribuições sobre o lucro/faturamento a pagar | 24.767        |
| (+) Impostos sobre serviço (ISS) a pagar                       | 166           |
| (+) Impostos e contribuições s/ salários                       | 2.078         |
| (+) Impostos e contribuições retidos na fonte de terceiros     | 2.007         |
| <b>(=) Total</b>                                               | <b>29.018</b> |

a) Demonstração do cálculo do IR e CSLL

| Composição                                                       | 31/12/2025      |
|------------------------------------------------------------------|-----------------|
| <b>Resultado antes da tributação sobre lucro e participações</b> | <b>119.913</b>  |
| Adições (exclusões) líquidas:                                    |                 |
| Provisões para contingências                                     | 2.184           |
| Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito       | 13.440          |
| Perdas incorridas de créditos                                    | (13.380)        |
| Juros sobre capital próprio                                      | (40.000)        |
| Outros                                                           | 6.321           |
| Despesas não dedutíveis                                          | 503             |
| <b>Base de Cálculo</b>                                           | <b>88.981</b>   |
| Compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL           | (6.798)         |
| Incentivos fiscais                                               | (638)           |
| Imposto de Renda                                                 | (19.884)        |
| Contribuição Social                                              | (16.425)        |
| <b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>           | <b>(36.309)</b> |
| <b>Ativo fiscal diferido</b>                                     | <b>(3.292)</b>  |

\*alíquotas vigentes: IR 15%, mais adicional de 10%; e CSLL 20%

b) Composição dos créditos tributários

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias foram registrados de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/2020 conforme histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social comprovados em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais e constituídos conforme alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização baseado em estudo técnico elaborado com a projeção de 10 anos de resultados futuros.

| Composição                                                                      | 31/12/2025    |
|---------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito                      | 43.301        |
| Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito aplicação financeira | 1.475         |
| Provisões passivas                                                              | 195           |
| Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda                    | 10.044        |
| <b>Total de créditos tributários</b>                                            | <b>55.015</b> |

A estimativa de realização dos créditos tributários, excluída a marcação a mercado dos títulos, é demonstrada a seguir:

| Ano                        | Valor nominal | Valor presente |
|----------------------------|---------------|----------------|
| 2026                       | 9.530         | 9.520          |
| 2027                       | 9.984         | 9.976          |
| 2028                       | 7.188         | 7.183          |
| 2029                       | 5.375         | 5.371          |
| 2030                       | 4.325         | 4.322          |
| 2031 a 2035                | 18.613        | 18.602         |
| <b>Total em 31/12/2025</b> | <b>55.015</b> | <b>54.974</b>  |

O valor presente do valor nominal de realização dos créditos tributários é obtido pelo desconto da taxa média de captação dos recursos contratados.

c) Créditos tributários não reconhecidos

O ativo fiscal diferido de diferenças temporárias relacionadas às contingências cíveis e outras no valor de R\$ 23.485 não foram constituídos em razão de não comprovação de realização futura, conforme critério exigido pela Resolução CMN nº 4.842/2020.

13 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Correspondem às demandas judiciais e administrativas de naturezas cíveis, trabalhistas e fiscais decorrentes do curso normal das operações. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios terceirizados. Em resumo os saldos patrimoniais das contingências estão a seguir demonstrados;

| Contingências                                         | 31/12/2025    |
|-------------------------------------------------------|---------------|
| Ações administrativas e judiciais (a)                 | 48.615        |
| Provisão Trabalhista p/ Obrigação Não Formalizada (b) | 423           |
| <b>Total</b>                                          | <b>49.038</b> |
| Circulante                                            | 12.260        |
| Não Circulante                                        | 36.778        |

a) Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais

Provisões constituídas com fundamento em informações de consultores jurídicos, na análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas. A administração considera os montantes provisionados suficientes para a cobertura das perdas estimadas com as ações em curso.

a.1) Risco Provável – constituídas com base no valor atualizado da causa.

| Composição     | 31/12/2025    |
|----------------|---------------|
| Cíveis         | 42.781        |
| Trabalhistas   | 5.834         |
| <b>Total</b>   | <b>48.615</b> |
| Circulante     | 12.153        |
| Não Circulante | 36.462        |

a.2) Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

| Composição                                | Cíveis        | Fiscais  | Trabalhistas | Total         |
|-------------------------------------------|---------------|----------|--------------|---------------|
| <b>(=) Saldo em 31/12/2024</b>            | <b>37.957</b> | <b>-</b> | <b>7.903</b> | <b>45.860</b> |
| (+) Constituições / Atualização Monetária | 4.980         | 19       | 2.106        | 7.106         |
| (-) Reversões / Pagamentos                | (156)         | (19)     | (4.175)      | (4.351)       |
| <b>(=) Saldo em 31/12/2025</b>            | <b>42.781</b> | <b>-</b> | <b>5.834</b> | <b>48.615</b> |
| Circulante                                | 10.695        | -        | 1.459        | 12.153        |
| Não Circulante                            | 32.086        | -        | 4.375        | 36.462        |

a.3) Composição e movimentação das provisões das ações com risco possível

| Ações com Risco Possível | 31/12/2025 |
|--------------------------|------------|
| Fiscais                  | 54         |
| Trabalhistas             | 62         |
| <b>Total</b>             | <b>116</b> |

b) Provisão trabalhista para obrigação não formalizada

Provisão constituída sobre valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no total de R\$ 423, em 31 de dezembro de 2025, apurados no período compreendido entra a data de admissão do colaborador até o mês de agosto de 2024, relativos a direitos trabalhistas de empregados ocupantes de cargos comissionados.

14 – OUTROS PASSIVOS

| Composição                            | 31/12/2025    |
|---------------------------------------|---------------|
| (+) Credores Diversos (a)             | 27.618        |
| (+) Juros s/ capital próprio a pagar  | 42.016        |
| (+) Provisão para encargos e salários | 13.118        |
| (+) Contas a pagar                    | 687           |
| (+) Receitas a Apropriar - RENOVA     | 4.038         |
| <b>(=) Total</b>                      | <b>87.477</b> |
| Circulante                            | 15.301        |
| Não Circulante                        | 5.846         |

a) Credores diversos

| Composição                                 | 31/12/2025    |
|--------------------------------------------|---------------|
| (+) Ordens de pagamento                    | 3.777         |
| (+) Comitê decisório FUNDAP                | 4.976         |
| (+) Repasses FUNGETUR                      | 15.746        |
| (+) Sinais recebidos em transações com BNU | 159           |
| (+) Demais credores                        | 2.960         |
| <b>(=) Total</b>                           | <b>27.618</b> |
| Circulante                                 | 22.642        |
| Não Circulante                             | 4.976         |

Na composição do grupo, destacam-se os passivos: Deduções de Liberações FUNDAP, para futura destinação do Comitê Decisório, conforme Lei Estadual nº 9.937, de 22/11/2012, e Decreto nº 3194-R, de 28 de dezembro de 2012, Repasses para liberações do FUNGETUR, e Ordens de Pagamento a identificar.

15 – OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS

O grupo registra os valores relativos à provisão para impostos e contribuições a pagar em períodos futuros provenientes do ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, conforme normas e legislações vigentes.

| Composição                                             | 31/12/2025   |
|--------------------------------------------------------|--------------|
| Imposto de renda – Valor de Mercado Cotas de Fundos    | 19           |
| Contribuição Social - Valor de Mercado Cotas de Fundos | 15           |
| Imposto de renda - Valor de Mercado Aplicações         | 689          |
| Financeiras                                            |              |
| Contribuição Social - Valor de Mercado Aplicações      | 551          |
| Financeiras                                            |              |
| <b>Total</b>                                           | <b>1.274</b> |
| Circulante                                             | 1.274        |

16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 1 bilhão para emissão de ações ordinárias ou preferenciais das classes "A" e "B", todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado até 31/12/2025, perfaz R\$ 463.380, e está representado em quantidade de ações, conforme abaixo:

| Em espécies, classes e quantidade de ações    | 31/12/2025            |
|-----------------------------------------------|-----------------------|
| <b>(=) Ações Ordinárias</b>                   | <b>21.047.031.832</b> |
| (+) Estado do Espírito Santo                  | 20.808.394.680        |
| (+) Acionistas Minoritários                   | 238.637.152           |
| <b>(=) Ações Preferenciais</b>                | <b>10.168.538.479</b> |
| <b>(=) Total Classe "A"</b>                   | <b>3.258.831.482</b>  |
| (+) Estado do Espírito Santo                  | 2.600.065.872         |
| (+) Demais Acionistas                         | 658.765.610           |
| <b>(=) Total Classe "B"</b>                   | <b>6.909.706.997</b>  |
| (+) Estado do Espírito Santo                  | 3.333.732.201         |
| (+) Demais Acionistas                         | 3.575.974.796         |
| <b>(=) Total de ações emitidas</b>            | <b>31.215.570.311</b> |
| (-) Em tesouraria (ordinárias)                | (172.039.828)         |
| (-) Em tesouraria (preferencial – classe "A") | (629.496.910)         |
| <b>(=) Total de ações em circulação</b>       | <b>30.414.033.573</b> |

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição, tendo as da classe “A” direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; enquanto as da classe “B” têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias.

O valor patrimonial unitário por ação em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 0,01806.

O Conselho de Administração em sua 705ª reunião realizada em 24/09/2025 aprovou a proposta de aumento de capital social do banco de até R\$ 29.879, apresentada pela Diretoria Executiva. Em 03/10/2025 foram divulgadas as condições da emissão por meio de Aviso aos Acionistas Subscrição Particular de Ações publicado no Jornal Folha Vitória – ES.

Ao final do período de exercício do direito de preferência pelos acionistas, apurou-se que o aumento de capital se efetivou no montante de R\$ 26.273, tendo as seguintes adesões:

- Acionista Estado do Espírito Santo, controlador com aporte de R\$ 26.272 provenientes da utilização de crédito de juros sobre o capital próprio resultantes da distribuição de lucros do exercício de 2024 e de resíduos de saldos de distribuições de lucros anos anteriores;
- Acionista Minoritário, com aporte de R\$ 1, em espécie.

Os recursos do acionista controlador estavam mantidos no passivo patrimonial do banco aguardando cumprimento de disposição prevista no Estatuto Social, que determina que os valores correspondentes aos dividendos que couberem ao acionista Estado do Espírito Santo bem como ao produto da venda de ações realizada pelo mesmo e aos juros sobre capital próprio por ele recebidos serão empregados na subscrição e integralização de capital do BANDES devendo ser mantidos em conta contábil específica até a sua efetiva incorporação ao capital social.

O aumento de capital foi homologado pelo Conselho de Administração na 709ª reunião ocorrida em 26/11/2025, e o respectivo processo encaminhado à aprovação do Banco Central do Brasil.

b) Destinação do resultado

Conforme disposição estatutária, a destinação de resultado referente ao exercício social de 2025, foi realizada conforme quadro abaixo:

| Composição                                               | 31/12/2025 |
|----------------------------------------------------------|------------|
| (+/-) Efeitos de Ajustes de Mudança de Política Contábil | (1.394)    |
| Demais ajustes no lucro                                  | 34         |
| (+) Lucro do exercício social                            | 83.167     |
| Destinações:                                             |            |
| Dividendos/JCP                                           | (40.000)   |
| Reserva legal                                            | (4.090)    |
| Reserva estatutária                                      | (37.717)   |
| (=) Total Líquido                                        | (0)        |

c) Reserva legal

É constituída obrigatoriamente, conforme Inciso I, artigo 73, do Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido do exercício definitivo, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensação de prejuízos. A rubrica apresenta saldo de R\$ 11.121, em 31 de dezembro de 2025.

d) Reserva de lucros – Reserva para margem operacional

De acordo com o inciso III do artigo 73 do Estatuto Social, a reserva para margem operacional tem a finalidade de reforçar o capital social e de giro do Banes, com o objetivo de assegurar adequadas condições operacionais, até o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social. É constituída por até 100% (cem por cento) do lucro líquido remanescente definitivo, após as destinações para a reserva legal e dividendos. O grupo registra saldo de R\$ 113.815, em 31 de dezembro de 2025.

e) Outros resultados abrangentes / ajustes de avaliação patrimonial

Compreendem os ganhos e perdas não realizados apurados na precificação a mercado de títulos e valores mobiliários classificados na categoria “valor justo em outros resultados abrangentes”, conforme conciliação demonstrada na nota 6.c2., que demonstra saldo negativo de R\$ 10.718, em 31 de dezembro de 2025.

| Composição                                           | 31/12/2025 |
|------------------------------------------------------|------------|
| (+/-) Ajustes em TVM próprios classificados em VJORA | (19.488)   |
| (+) Imposto de Renda                                 | 4.872      |
| (+) Contribuição Social                              | 3.898      |
| (=) Total Líquido                                    | (10.718)   |

f) Ações em tesouraria

Provenientes de transação de permuta de instrumentos patrimoniais com o ex-acionista Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES, totalizam 801.536.738 ações nominativas, compostas de 172.039.828 (ordinárias) e 629.496.910 (preferenciais). Registra saldo de -R\$ 14.077 em 31 de dezembro de 2025.

17 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano de previdência complementar

Visa assegurar ao corpo funcional, renda complementar às aposentadorias da previdência social. O plano de benefício possui as seguintes características: tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL); custeio paritário entre participante e patrocinador; e investimento dos recursos no fundo de renda fixa, Bradesco Renda Fixa F10. No exercício social de 2025, foi apropriado em despesas com plano de previdência, o montante de R\$ 2.545.

b) Programa de desligamento voluntário especial (PDVE)

O banco instituiu ao final do último ano, o programa de desligamento voluntário especial (PDVE), que ofereceu benefícios de indenização adicional equivalente a cinco remunerações, plano de saúde e odontológico por 36 meses, cesta-alimentação e auxílio-refeição por 36 meses, custeio de cursos de requalificação profissional, pagamento da multa de 40% sobre correção de planos econômicos (FGTS). A provisão contábil para as obrigações incorridas com o programa apresenta saldo de R\$ 434, em 31 de dezembro de 2025.

18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A política de Partes Relacionadas do banco inclui além do Estado do Espírito Santo, as pessoas físicas e/ou jurídicas que: sejam controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas do BANDES, nos termos postos pela legislação aplicável; sejam controladas, direta ou indireta-

mente, pelo Estado do Espírito Santo; em que o Estado do Espírito Santo possua influência significativa ou representante na administração; seja administrador do BANDES.

Atualmente, compõem o conjunto de Partes Relacionadas, juntamente, com o pessoal-chave da administração, as seguintes entidades:

- Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias – FUNDAP.
- Fundo de Desenvolvimento do Espírito Santo – FUNDES/ES.
- Fundo Estadual de Recursos Hídricos e Florestais – FUNDÁGUA.
- Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES.
- Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar do Estado do Espírito Santo – FUNSAF.
- Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA FUNDÁGUA – LEI 10.583/2016.
- Fundo Garantidor de Parcerias Público – Privadas – FGP-ES.
- Fundo de Aval BANDES.
- FUNSES – Fundo Soberano do Espírito Santo.
- BANESTES S/A – Banco do Estado do Espírito Santo.
- Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo - PRODEST.
- Fundo de Fortalecimento da Economia Capixaba – FORTEC.
- Junta Comercial do Estado do Espírito Santo – JUCEES.

As transações com Partes Relacionadas primam pelo estrito acordo com as normas aplicáveis ao fluxo de operações do BANDES; são celebradas por escrito com as especificações de suas principais características e condições; observam as mesmas normas e limites aplicáveis a operações similares, e são balizadas por parâmetros e condições usualmente praticadas e/ou normas legais aplicáveis. Nas notas que seguem são divulgadas as transações realizadas e/ou existentes no período, o tipo de relação, saldos e outros detalhes que permitirão aferir a comutatividade das operações.

a) Administração de fundos financeiros e de desenvolvimento

O montante dos recursos dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados, que integram o conjunto de Partes Relacionadas, controlado em contas de compensação, está representando no quadro abaixo:

| Composição                  | 31/12/2025 |
|-----------------------------|------------|
| (+) FUNDAP                  | 96.692     |
| (+) FUNDES                  | 191.790    |
| (+) FUNDEPAR-ES             | 193.648    |
| (+) FUNSAF                  | 5.812      |
| (+) FUNDO DE AVAL           | 25.893     |
| (+) FGP                     | 32.499     |
| (+) FUNDO SOBERANO – FUNSES | 211.422    |
| (+) FORTEC                  | 257.797    |
| (=) Total                   | 1.015.553  |

b) Receitas com a administração de fundos financeiros e de desenvolvimento

Conforme estabelecido nas normas instituidoras e regulamentares dos fundos financeiros e de desenvolvimento, as receitas auferidas com a prestação de serviços de operação de fundos financeiros e desenvolvimento, integrantes do conjunto de Partes Relacionadas, e as despesas incorridas com a remuneração dos recursos não alocados, que constituem as disponibilidades dos Fundos, seguem demonstradas abaixo

| Receitas                        | 2º Sem 2025 | 31/12/2025 |
|---------------------------------|-------------|------------|
| (+) FUNDES (1)                  | 1.994       | 3.979      |
| (+) PSA FUNDÁGUA (2)            | 972         | 1.605      |
| (+) FUNDEPAR-ES (3)             | 1.999       | 3.947      |
| (+) FUNSAF (4)                  | 56          | 98         |
| (+) FGP - ES (5)                | 65          | 93         |
| (+) FUNDO DE AVAL BANDES (6)    | 390         | 768        |
| (+) FUNCITEC (7)                | 869         | 1.460      |
| (+) FUNSES – FUNDO SOBERANO (8) | 2.174       | 4.225      |
| (+) FORTEC (9)                  | 2.531       | 5.623      |
| (=) Total                       | 11.050      | 21.798     |

- 2,1% ao ano calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- 15% sobre as liberações efetuadas;
- 2,1% ao ano, calculado mensalmente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior;
- 1% sobre as liberações efetuadas;
- Diferença entre a remuneração efetiva e a taxa Selic sobre o total de recursos aplicados;
- 0,25% ao mês sobre totalidade dos ativos;
- 0,5% sobre liberações de recursos financeiros efetuadas, a partir de 20/01/2021;
- 1% ao ano calculado mensalmente sobre o capital subscrito e sobre a carteira de debêntures
- 0,25% ao mês, apurada sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior (até março de 2025). A partir de abril a taxa foi alterada para 0,1667%, também apurada sobre o Patrimônio Líquido do Fundo do mês anterior, conforme Decreto 6012-R, de 14/04/2025.

c) Despesas

| Despesas sobre Disponibilidades de Recursos | 2º Sem 2025 | 31/12/2025 |
|---------------------------------------------|-------------|------------|
| (-) FUNDES (1)                              | (2.845)     | (4.946)    |
| (-) FUNDÁGUA (2)                            | (18)        | (34)       |
| (-) FUNDEPAR-ES (3)                         | (1.219)     | (2.181)    |
| (-) FUNSAF (4)                              | (202)       | (402)      |
| (-) PSA FUNDÁGUA (5)                        | (270)       | (386)      |
| (-) FUNCITEC (6)                            | (20.923)    | (37.597)   |
| (-) FUNSES – FUNDO SOBERANO (7)             | (1.699)     | (3.626)    |
| (-) FORTEC (8)                              | (5.771)     | (8.876)    |
| (=) Total                                   | (32.947)    | (58.048)   |

Despesas Sobre Disponibilidades de Recursos

- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- 100% do rendimento diário do CDI
- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança
- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança;
- 100% do rendimento diário do CDI
- 100% do rendimento diário do CDI;
- Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.

d) Remuneração do pessoal-chave da administração

Anualmente, por determinação do Estatuto Social, é fixada na Assembleia Geral Ordinária a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. O quadro a seguir demonstra os valores pertinentes aos órgãos da administração acumulados até o final do primeiro semestre de 2025:

| Remunerações                  | 2º Sem 2025 | 31/12/2025 |
|-------------------------------|-------------|------------|
| (-) Conselho de Administração | (449)       | (871)      |
| (-) Diretoria Executiva (1)   | (933)       | (1.916)    |
| (-) Conselho Fiscal           | (132)       | (252)      |
| (-) Comitê de Auditoria       | (66)        | (125)      |
| (=) Total                     | (1.580)     | (3.164)    |

(1) Inclui: honorários, descanso remunerado e gratificação natalina.

e) Outras transações com partes relacionadas

BANESTES S/A – Banco do Estado do Espírito Santo

A parte relacionada Banestes S/A, é uma sociedade de economia mista, que possui o mesmo acionista majoritário do BANDES, o Estado do Espírito Santo. As transações efetuadas pelas taxas praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, estão a seguir apresentadas:

| Transações                                      | Ativos e (Passivos) 31/12/2025 | Receitas e (Despesas) 31/12/2025 |
|-------------------------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|
| Depósitos à vista (Ativo)                       | 601                            |                                  |
| Aplicações em Dep. Interfinanceiros (Ativo)     | 500                            |                                  |
| Rendas de depósitos interfinanceiros (Receitas) |                                | 67                               |
| (-) Cadastro e cobrança (Despesas)              |                                | (50)                             |
| (-) Tarifas bancárias (Despesas)                |                                | (6)                              |

A instituição financeira foi contratada para executar, a prestação dos serviços bancários de custódia qualificada de ativos registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na B3 - Segmento CETIP UTMV, por 60 (sessenta) meses. No exercício social de 2025 os pagamentos relativos à prestação de serviços somaram R\$ 56. O BANDES também efetuou reembolsos ao BANESTES no montante de R\$ 343, correspondentes a despesas com a movimentação de ativos mobiliários — títulos públicos e privados — registrados nos sistemas da SELIC e da CETIP, mantidos sob a custódia naquela instituição.

| Transação                                                                                | 31/12/2025 |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| (-) Prestação de serviços de custódia qualificada de ativos registrados na SELIC e CETIP | 56         |
| (-) Prestação de serviços de movimentação de ativos registrados na SELIC e CETIP         | 343        |
| (=) Total                                                                                | 399        |

Estado do Espírito Santo

Os recursos financeiros do Estado do Espírito Santo, aplicados em certificado de depósito bancário – CDB emitido pelo BANDES totalizam R\$ 105.122, em 31 de dezembro de 2025. A aplicação inicial ocorreu no ano de 2020, no total de R\$ 80 milhões.

Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo - PRODEST

No período, as despesas relativas ao contrato firmado com o Instituto de Tecnologia, para prestação de serviços integrados de datacenter com virtualização de servidores, infraestrutura de banco e armazenamento de dados, monitoramento, backup e serviços de telecomunicações para acesso à internet, e interconexões de rede; somaram R\$ 6 em 31 de dezembro de 2025. Por questões técnicas não foi possível contratar os demais serviços oferecidos e previstos em contrato.

Junta Comercial do Estado do Espírito Santo – JUCEES

O Conselho de Administração aprovou, em 26.11.2025, a contratação da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES, para acesso eletrônico às imagens dos atos arquivados de clientes, pelo valor anual estimado de R\$ 9, considerando o mínimo de 600 acessos/ano, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

Operações contratadas por pessoas ligadas ao pessoal chave da administração

Não há operações de crédito vigentes contratadas por pessoas ligadas ao pessoal chave administração.

19 – GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Banes entende o gerenciamento de riscos e o gerenciamento de capital como pilares fundamentais da estabilidade e da sustentabilidade da instituição. Dessa forma, os executivos e colaboradores do banco atuam, constantemente, no sentido de implementar e aperfeiçoar os sistemas de gestão de riscos e estruturas de controles internos que contribuam para o alcance dos objetivos de longo prazo com maior segurança, confiabilidade e dentro das normas estabelecidas. Os objetivos estratégicos do Banes se alinham com sua missão, visão e valores fundamentais. Para o alcance desses objetivos, o Banes define os níveis aceitáveis de riscos que deseja incorrer e mantém controles efetivos para sua identificação, mensuração, mitigação, monitoramento e comunicação, além de gerenciá-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência, a responsabilidade pública e a aderência aos requisitos legais aplicáveis. Para os diversos tipos de riscos, sendo estes mensuráveis ou não, o Banes estabelece políticas e abordagens de monitoramento e reporte, conforme definido na sua Declaração de Appetite a Riscos (RAS) e estabelece, também, o Diretor-Presidente como responsável pelo gerenciamento de riscos (CRO). A gestão dos riscos e capital do Banes busca assegurar o controle adequado de suas atividades de forma a obter o melhor retorno possível relativamente ao nível de risco que o banco está disposto a assumir.

20 – PROGRAMA DE TESTE DE ESTRESSE

O Programa de Testes de Estresse, conforme definido pela Resolução CMN nº 4.557, visa avaliar o impacto de potenciais eventos e circunstâncias adversas sobre a instituição ou em um portfólio específico, identificando possíveis vulnerabilidades. Seus resultados são documentados e utilizados na identificação, mensuração, monitoramento e controle de riscos do BANDES, sendo considerados nas revisões da Política de Appetite por Riscos, na avaliação dos níveis de capital e liquidez do Banco, e na elaboração de planos de contingência.

21 – DECLARAÇÃO DE APETITE POR RISCOS

A Declaração de Appetite por Riscos (Risk Appetite Statement – RAS) consiste em uma definição formal do conjunto de limites e restrições sobre métricas quantitativas e qualitativas de risco, que expressam o apetite por risco da Instituição. A RAS descreve os níveis de apetite a que o BANDES está disposto a assumir, para os principais tipos de riscos aos quais está exposto, bem como a capacidade da instituição em gerenciá-los de forma efetiva e prudente, discorrendo sobre a estrutura de abordagem para a gestão dos mesmos, em consonância com os objetivos estratégicos, as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que o BANDES atua.

22 – ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL, CONTROLES INTERNOS, E INTEGRIDADE

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O modelo de gestão de riscos operacionais no Banes adota a seguinte estrutura: 1ª linha: Áreas de negócios, que têm a responsabilidade primária pela gestão do risco por elas originados. 2ª linha: Área de riscos, controles internos e conformidade, a qual auxilia as áreas de negócios através do assessoramento e monitoramento de riscos e conformidade, que devem desenvolver e/ou monitorar, contribuindo para que os riscos sejam administrados e estejam apoiados nas diretrizes para gerenciamento de riscos estabelecidos pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. 3ª linha: Auditoria interna, que faz uma avaliação independente das atividades desenvolvidas pelas demais áreas.

23 – ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO E DO IRRBB

A estrutura de governança do Gerenciamento de Riscos de Mercado e IRRBB conta com a participação de todos os níveis hierárquicos do Banes, sendo os principais participantes o Conselho de Administração (CONAD), o Comitê de Auditoria (COAUD), a Diretoria Executiva (DIREX), o Diretor responsável pelo gerenciamento de riscos (CRO), a Auditoria Interna (AUDIT) e a Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance (GERCI), que atua no monitoramento e estabelecimento de ações de cultura de gestão de riscos, além das demais unidades organizacionais do banco que atuam na 1ª linha.

24 – ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

A estrutura de governança do Gerenciamento de Riscos de Crédito conta com a participação de todos os níveis hierárquicos do Banes, sendo os principais participantes o Conselho de Administração (CONAD), o Comitê de Auditoria (COAUD), a Diretoria Executiva (DIREX), o Diretor responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital (CRO), a Auditoria Interna (AUDIT) e a Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance (GERCI), que atua no monitoramento e estabelecimento de ações de cultura de gestão de riscos, além das demais unidades organizacionais do banco que atuam na 1ª linha.

25 – ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

A estrutura de governança do Gerenciamento de Riscos de Liquidez conta com a participação de todos os níveis hierárquicos do Banes, sendo os principais participantes o Conselho de Administração (CONAD), o Comitê de Auditoria (COAUD), a Diretoria Executiva (DIREX), o Diretor responsável pelo gerenciamento de riscos (CRO), a Auditoria Interna (AUDIT) e a Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance (GERCI), que atua no monitoramento e estabelecimento de ações de cultura de gestão de riscos, além das demais unidades organizacionais do banco que atuam na 1ª linha.

26 – ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de governança do Gerenciamento de Riscos e de Capital conta com a participação de todos os níveis hierárquicos do Banes, sendo os principais participantes o Conselho de Administração (CONAD), o Comitê de Auditoria (COAUD), a Diretoria Executiva (DIREX), o Diretor responsável pelo gerenciamento de riscos (CRO), a Auditoria Interna (AUDIT) e a Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance (GERCI), que atua no monitoramento e estabelecimento de ações de cultura de gestão de riscos, além das demais unidades organizacionais do banco que atuam na 1ª linha.

27 – ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RSAC

A estrutura de governança do Gerenciamento de Riscos Social, Ambiental e Climático conta com a participação de todos os níveis hierárquicos do Banes, sendo os principais participantes o Conselho de Administração (CONAD), o Comitê de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (CRSAC), a Diretoria Executiva (DIREX), o Diretor responsável pelo gerenciamento de Riscos ou Chief Risk Officer (CRO), o Diretor responsável pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), a Auditoria Interna (AUDIT) e a Gerência de Riscos, Controles Internos e Compliance (GERCI), que atua no monitoramento e estabelecimento de ações de cultura de gestão de riscos, além das demais unidades organizacionais do banco que atuam na 1ª linha.

28 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

De acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e Resolução BACEN nº 02/2020, o BANDES realiza regularmente testes de sensibilidade somente na carteira bancária, uma vez que não possui carteira de negociação. A metodologia para realizar o teste de estresse é a Análise de Sensibilidade de IRRBB, que permite avaliar o impacto decorrente de variações das taxas de juros, considerando aumento de 1%, 25% e 50% respectivamente na taxa do indexador de risco no resultado de intermediação financeira. Para a construção dos projetos que compõem o quadro de análises de sensibilidade foram consideradas as condições existentes em 31 de dezembro de 2025. No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

| 31/12/2025       |                        |                         |                       |
|------------------|------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Fatores de risco | Cenários               |                         |                       |
|                  | 1 Situação Provável 1% | 2 Situação Possível 25% | 3 Situação Remota 50% |
| Juros Pré        | 664                    | 16.603                  | 33.206                |
| DI               | 392                    | 9.805                   | 19.609                |
| SELIC            | 123                    | 3.069                   | 6.139                 |
| IPCA             | 4                      | 99                      | 198                   |
| TJLP             | 2                      | 46                      | 92                    |
| Outros           | 3                      | 78                      | 157                   |
| TR               | -49                    | -1.217                  | -2.434                |

## 29 – COMPOSIÇÃO DE GRUPOS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

## a) Receitas de prestação de serviços

Correspondem, substancialmente, às rendas de taxas de administração de fundos, análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

| Composição                                  | 2º Sem 2025   | 31/12/2025    |
|---------------------------------------------|---------------|---------------|
| RECEITAS DE OUTROS SERVIÇOS                 | 1.672         | 3.333         |
| FUNDO DE DESENV. DAS ATIV.PORT. - FUNDAP    | 105           | 152           |
| FUNDEPAR - LEI 9.905/2012                   | 1.999         | 3.947         |
| FUNDES/ES                                   | 1.994         | 3.979         |
| FUNSAF                                      | 56            | 98            |
| PSA FUNDÁGUA - LEI 10.583/2016              | 972           | 1.605         |
| FUNDO RENOVA - PREFEITURAS                  | 500           | 1.036         |
| FUNCITEC                                    | 869           | 1.459         |
| FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ECONOMIA         | 2.532         | 5.622         |
| CAPIXABA - FORTEC                           |               |               |
| FUNDO SOBERANO - FUNSES                     | 2.174         | 4.225         |
| RENOVA - SPREAD S/ OPERAÇÕES DE CRÉDITO     | 91            | 230           |
| FUNDESUL - PK                               | 442           | 877           |
| FUNDESUL PK - SPREAD S/ OPERAÇÃO DE CRÉDITO | 149           | 296           |
| FUNDEPAR - SPREAD S/ OPERAÇÃO DE CRÉDITO    | 238           | 469           |
| FUNDO DE AVAL BANDES                        | 390           | 768           |
| FGP - ES                                    | 65            | 93            |
| <b>Total</b>                                | <b>14.247</b> | <b>28.191</b> |

## b) Despesas de pessoal

| Composição                | 2º Sem 2025     | 31/12/2025      |
|---------------------------|-----------------|-----------------|
| (-) Honorários            | (1.580)         | (3.164)         |
| (-) Benefícios            | (5.203)         | (9.658)         |
| (-) Encargos sociais      | (7.277)         | (14.099)        |
| (-) Proventos             | (21.747)        | (36.230)        |
| (-) Treinamento           | (643)           | (834)           |
| (-) Bolsa auxílio estágio | (947)           | (1.850)         |
| <b>(=) Total</b>          | <b>(37.397)</b> | <b>(65.834)</b> |

## c) Outras despesas administrativas

| Composição                                          | 2º Sem 2025     | 31/12/2025      |
|-----------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| (-) Água, energia e gás                             | (375)           | (753)           |
| (-) Aluguéis                                        | (18)            | (32)            |
| (-) Comunicações                                    | (116)           | (268)           |
| (-) Manutenção e conservação de bens                | (628)           | (1.228)         |
| (-) Material                                        | (19)            | (30)            |
| (-) Processamento de dados                          | (1.499)         | (2.863)         |
| (-) Promoções/relações públicas                     | (1.627)         | (1.894)         |
| (-) Propaganda e publicidade                        | (1.892)         | (1.933)         |
| (-) Publicações legais                              | (34)            | (194)           |
| (-) Seguros                                         | (7)             | (14)            |
| (-) Serviços de vigilância                          | (266)           | (530)           |
| (-) Serviços do sistema financeiro                  | (508)           | (953)           |
| (-) Serviços de terceiros                           | (243)           | (409)           |
| (-) Serviços técnicos especializados                | (2.144)         | (5.149)         |
| (-) Transportes                                     | (161)           | (317)           |
| (-) Viagem no exterior                              | (56)            | (108)           |
| (-) Viagem no país                                  | (320)           | (545)           |
| (-) Outras despesas (condomínio, assinaturas, etc.) | (1.730)         | (5.145)         |
| (-) Amortização                                     | (964)           | (1.816)         |
| (-) Depreciação                                     | (609)           | (1.123)         |
| <b>(-) Total</b>                                    | <b>(13.217)</b> | <b>(25.303)</b> |

## d) Despesas tributárias

| Composição       | 2º Sem 2025    | 31/12/2025      |
|------------------|----------------|-----------------|
| (-) PIS          | (53)           | (175)           |
| (-) COFINS       | (930)          | (1.770)         |
| (-) ISSQN        | (4.170)        | (7.948)         |
| (-) IPTU, Taxas  | (677)          | (1.292)         |
| <b>(=) Total</b> | <b>(5.830)</b> | <b>(11.185)</b> |

## e) Outras receitas operacionais

| Composição                                                 | 2º Sem 2025  | 31/12/2025    |
|------------------------------------------------------------|--------------|---------------|
| Recuperações de encargos e despesas                        | 2.490        | 4.005         |
| Outras rendas operacionais                                 | 1.396        | 1.438         |
| Atualização SELIC s/ tributos a compensar                  | 7            | 9             |
| Atualização depósitos judiciais                            | 287          | 460           |
| Receita variação cambial em moeda estrangeira              | -            | 60            |
| Rendas de Juros Sobre o Capital Próprio                    | 3            | 3             |
| Reversão de provisões judiciais, previdência privada e PDV | 1.815        | 4.954         |
| <b>Total</b>                                               | <b>5.999</b> | <b>10.929</b> |

## f) Outras despesas operacionais

| Composição                                              | 2º Sem 2025    | 31/12/2025 |
|---------------------------------------------------------|----------------|------------|
| (-) Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas | (4.341)        | (2.795)    |
| (-) Outras despesas operacionais                        | (344)          | (223)      |
| (-) Descontos concedidos em renegociações               | (163)          | (12)       |
| (-) Variação cambial em moeda estrangeira               | (309)          | (225)      |
| <b>(=) Total</b>                                        | <b>(3.255)</b> |            |

## g) Resultado não operacional

| Composição                                      | 2º Sem 2025  | 31/12/2025   |
|-------------------------------------------------|--------------|--------------|
| <b>(=) RECEITAS NÃO OPERACIONAIS</b>            | <b>418</b>   | <b>821</b>   |
| (+) Lucro na Alienação de ANFMVR*               | 240          | 489          |
| (+) Reversão de provisões para perdas em ANFMVR | 70           | 116          |
| (+) Rendas de Aluguel                           | 108          | 216          |
| <b>(=) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>            | <b>(107)</b> | <b>(301)</b> |
| (-) Prejuízo na Alienação de ANFMVR             | (107)        | (241)        |
| (-) Provisão p/ Desvalorização de ANFMVR        | -            | (60)         |
| <b>(=) Total líquido</b>                        | <b>311</b>   | <b>520</b>   |

\* ANFMVR - Ativo Não Financeiro Mantido para Venda - Recebidos.

## h) Participações nos lucros e resultados

A provisão para participações nos lucros e resultados é definida anualmente em convenção coletiva de trabalho celebrado entre FENABAN, Sindicato dos Bancários do Espírito Santo e BANDES.

## 30 – OUTRAS INFORMAÇÕES

## a) Ativos segurados (não auditados)

Os seguros contratados para as edificações cobrem riscos de incêndios, raios, explosões e outros riscos relacionados a imóveis. As apólices vigentes estipulam valor máximo total de cobertura de R\$ 25.179 mil, em 31 de dezembro de 2025.

## b) Limites operacionais

## Índice de Basileia

Representa a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), conforme Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, demonstrando a solvência do banco. Na tabela a seguir informamos os principais indicadores do BANDES em 31 de dezembro de 2025. Todos os indicadores foram calculados em conformidade com as normas em vigor.

| Indicador                                                       | BANDES  | Mínimo requerido |
|-----------------------------------------------------------------|---------|------------------|
| Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA* (R\$ mil) | 514.343 | 113.396          |
| Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (R\$ mil)         | 514.343 | 113.396          |
| Índice de Basileia (%)                                          | 54,68%  | 10,50%           |
| Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA*           | 54,68%  | 6,00%            |
| Capital Principal comparado com o RWA                           | 54,68%  | 4,50%            |

\*RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco)

## c) Operações com instrumentos derivativos

O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos.

## d) Pagamento baseado em ações

O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/2011.

## e) Resultados recorrentes / não recorrentes

A Resolução BCB nº 02/2020 dispõe que deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios sociais futuros. No exercício social de 2025 não houve eventos não recorrentes.

## f) Evento subsequente

Em 06/01/2026, o Banco Central do Brasil deferiu o pleito de aumento de capital e consequente alteração do capital social. Com a aprovação, o capital subscrito e integralizado do banco foi alterado de R\$ 463.380 para R\$ 489.653 e passou a ter seguinte composição, em quantidade de ações:

| Nova composição a partir de 06/01/2026        |                       |
|-----------------------------------------------|-----------------------|
| <b>(=) Ações Ordinárias</b>                   | <b>22.166.796.449</b> |
| (+) Estado do Espírito Santo                  | 21.928.090.754        |
| (+) Acionistas Minoritários                   | 238.705.695           |
| <b>(=) Ações Preferenciais</b>                | <b>10.487.835.115</b> |
| <b>(=) Total Classe "A"</b>                   | <b>3.398.740.571</b>  |
| (+) Estado do Espírito Santo                  | 2.739.974.961         |
| (+) Demais Acionistas                         | 658.765.610           |
| <b>(=) Total Classe "B"</b>                   | <b>7.089.094.544</b>  |
| (+) Estado do Espírito Santo                  | 3.513.119.748         |
| (+) Demais Acionistas                         | 3.575.974.796         |
| <b>(=) Total de ações emitidas</b>            | <b>32.654.631.564</b> |
| (-) Em tesouraria (ordinárias)                | (172.039.828)         |
| (-) Em tesouraria (preferencial – classe "A") | (629.496.910)         |
| <b>(=) Total de ações em circulação</b>       | <b>31.853.094.826</b> |

O evento ocorrido entre a data final do período de relatório e a data de autorização de emissão destas demonstrações financeiras não requereu ajustes nas demonstrações financeiras.

## DIRETORIA EXECUTIVA

**Marcelo Barboza Saintive**  
Diretor-Presidente**Marcos Kneip Navarro**  
Diretor de Negócios**Gabriela Vichi de Almeida**  
Diretora Operacional**Marcos Roberto Lima**  
Diretor de Riscos, Administração e Finanças

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Lucca Elmôr Rizzo Scognamillo**  
Presidente**Leonardo Galazzi Zanotelli**  
Vice-Presidente**Alexandre Pedercini Issa**  
**Jasson Hibner Amaral**  
**Juliana Ribeiro Rocha**  
**Marcelo Barbosa Saintive**  
**Sandra Regina Pimenta**

## CONSELHO FISCAL

**Ricardo Claudino Pessanha**  
Presidente**Isabella Farah Costa**  
**Marcello Paiva Mello**  
**Robson Monteiro dos Santos**

## COMITÊ DE AUDITORIA

**Felipe Ribeiro Macedo**  
Coordenador  
**Kayo Alves Ribeiro****Lucca Elmôr Rizzo Scognamillo**  
Representante  
do Conselho de Administração

## CONTADOR

**Valdir dos Santos**  
Contador - CRC/ES 13.555/O-3

KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as  
demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores do

**Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES**

Vitória - ES

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES ("BANDES"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo do resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao BANDES, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase – informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2(b) às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria executiva do BANDES é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA  
DATA BASE 31.12.2025

## 1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria foi instituído no BANDES em outubro de 2018 em atendimento à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e ao Estatuto Social da instituição. Entrou em funcionamento observando ainda o disposto nos normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN), Estatuto Social e seu Regimento Interno.

O Comitê é órgão estatutário com funcionamento permanente, composto por três membros independentes, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Um dos integrantes do Comitê é membro independente do Conselho de Administração indicado pelo acionista majoritário. Suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo.

O Comitê de Auditoria se reporta diretamente ao Conselho de Administração e desempenha suas atribuições com autonomia e independência, atuando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. Suas funções e responsabilidades são realizadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

O Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração em suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade de eficácia do sistema de controles internos e de administração de riscos e na avaliação da efetividade dos trabalhos das auditorias interna e da independente.

## Responsabilidades da diretoria executiva e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria executiva é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria executiva é responsável pela avaliação da capacidade do BANDES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria executiva pretenda liquidar o BANDES ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do BANDES são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BANDES.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria executiva.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria executiva, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BANDES. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BANDES a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ**Marcelo Faria Pereira**  
Contador CRC RJ-077911/O-2

A administração do BANDES é responsável pela elaboração, divulgação e integridade das Demonstrações Financeiras, pela adoção das melhores práticas de sistemas de controles internos e procedimentos, de modo a garantir a observância às Normas Contábeis Brasileiras e legislação aplicável.

A partir da reforma estatutária realizada em abril de 2025 e homologada pelo Banco Central do Brasil em agosto, as atribuições do Comitê de Auditoria relativas à verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva passaram a ser do Comitê de Remuneração e Elegibilidade.

## 2. ATIVIDADES

O Comitê de Auditoria realizou seis reuniões ordinárias no segundo semestre de 2025, e treze no ano, com a presença de todos os membros do Comitê. As reuniões possuem pautas específicas, conforme previsto em seu plano de trabalho e estiveram presentes representantes das áreas da gestão de risco, controles internos, da contabilidade e da auditoria interna, e quando pertinentes, foram feitas recomendações de melhoria nos processos, além de acompanhamento de ações em desenvolvimento. Em três reuniões o Comitê se reuniu com o representante da auditoria independente.

Em outubro, houve a renúncia de um dos membros do Comitê. Após a realização dos trâmites para eleição, o novo membro tomou posse em janeiro de 2026, fato que não interferiu

nas atividades do Comitê, o qual permaneceu em funcionamento com dois membros. Quanto à atribuição do Comitê de Elegibilidade, ocorreram três reuniões no primeiro semestre, relativas à eleição dos membros do Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva, para o novo mandato 2025-2027.

### **3. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INTERNA E INDEPENDENTE**

O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Auditoria Interna para tratar de assuntos relacionados aos trabalhos do Comitê, para acompanhar o Relatório de Acompanhamento das Recomendações de Auditoria - Follow Up, conhecendo os apontamentos, as ações corretivas apresentadas e o nível de execução dos planos de ação propostos. Recomendou a aprovação dos relatórios de trabalhos específicos produzidos, conforme estabelecido no Plano de Atividades de Auditoria Interna, verificando e acompanhando as recomendações.

O Comitê avaliou como adequada a qualidade e efetividade dos trabalhos da Auditoria Interna.

O Comitê também se reuniu com a Auditoria Independente, analisou os resultados dos trabalhos e as conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025, cujo Relatório de Auditoria Independente foi apresentado sem ressalvas.

O Comitê avaliou como adequada a independência na execução dos trabalhos da Auditoria Independente.

### **4. OUVIDORIA**

O Comitê analisou o relatório semestral de atividades da Ouvidoria.

### **5. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

O Comitê analisou o relatório semestral das transações com partes relacionadas realizadas pelo BANDES e concluiu que foram realizadas de acordo com a Política de Transações com partes relacionadas e demais situações de conflito de interesse. Não foram identificadas violações aos normativos que regem o assunto.

### **6. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS**

Como parte do programa de trabalho, o Comitê avalia a qualidade e a suficiência dos sistemas de controles internos da instituição. Analisou os principais processos e julgou positivamente os esforços que estão sendo empreendidos para melhoria da estrutura de controles internos da organização.

O Comitê analisou, mensalmente, o Relatório de Análise de Risco de Crédito e também os relatórios integrados de riscos elaborados pela área de riscos da instituição e não identificou a existência de riscos que pudessem impactar, de alguma forma, a elaboração das demonstrações financeiras.

### **7. CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E NORMAS E CONTROLES INTERNOS**

O Comitê de Auditoria considera que, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, e nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, não foram apontadas ocorrências que implicassem no descumprimento da legislação e das normas internas, que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

### **8. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O Comitê manifestou-se favoravelmente quanto aos procedimentos empregados no processo de preparação das demonstrações financeiras, das notas explicativas, relatórios financeiros e da administração referentes ao 2º semestre e exercício de 2025, enfatizando a aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e o regramento do Banco Central do Brasil. Analisaram as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Relatório da Auditoria Independente, em formato de minuta, e opinaram, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração.

### **9. CONCLUSÃO**

O Comitê de Auditoria e Elegibilidade do BANDES, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, e em decorrência de avaliações fundamentadas nas informações recebidas pela Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento dos controles internos e riscos, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, declara que não recebeu, neste período, registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração que indicassem a existência de fraudes, falhas ou erros que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição, bem como afetar a confiabilidade de suas Demonstrações Financeiras auditadas, relativas ao 2º semestre e exercício de 2025. Com base nessas considerações, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES S.A. relativas ao exercício de 2025. Vitória (ES), 25 de fevereiro de 2026.

**FELIPE RIBEIRO MACEDO**

Coordenador

**KAYO ALVES RIBEIRO**

**LUCCA ELMÔR SCOGNAMILLO**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras relativas ao segundo semestre e ao exercício social de 2025, compreendendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as respectivas Notas Explicativas. Analisaram também o Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, emitido sem ressalvas, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria. Com base nos documentos analisados e nas informações prestadas pela Administração e pelos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina pela aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 2025.

Vitória, 27 de fevereiro de 2026.

**RICARDO CLAUDINO PESSANHA**

Presidente do Conselho Fiscal